

MONTEIRO LOBATO E O PRISIONEIRO DE UBATUBA

Odilon Nogueira de MATOS

Em 1925, publicado pela Companhia Editora Nacional, então sediada no Rio de Janeiro, e como título inicial de um dos mais vastos catálogos editoriais do País, apareceu um volume quase em formato de bolso intitulado **Meu cativo entre os selvagens do Brasil**. Continha a tradução "ordenada literariamente" por Monteiro Lobato do famoso relato de viagem de Hans Staden, impresso originalmente na Alemanha em 1557 e reconhecidamente o primeiro livro publicado sobre o Brasil. De fato, o que se conhece anterior a Hans Staden são breves notícias, como as cartas de Américo Vespucci, os capítulos do **Paesi nuovamente retrovate**, a **Nova Gazeta da Terra do Brasil** e outros que tais. Livro "mesmo", a prioridade cabe ao simpático artilheiro prisioneiro de Ubatuba.

É significativo registrar que, de tudo quanto se publicou sobre o Brasil nos primeiros tempos, nenhum texto obteve maior repercussão que o relato da viagem de Hans Staden. Em cuidadoso arrolamento realizado por Carlos Fouquet, figuram 50 edições tiradas na Europa antes que aparecesse a primeira edição brasileira, o que só ocorreu em 1892. E não só em língua alemã, mas também em holandês, inglês, francês e até em latim. O curioso é que as edições em língua holandesa superam de muito as publicadas em alemão (17 nesta para 25 naquela). E anote-se, ainda, quatro edições em latim, duas em francês e uma em inglês, esta com anotações de Richard F. Burton, famoso viajante que andou pelo Brasil no século passado. Isto, como já se notou, antes que aparecesse o livro pela primeira vez no país de que ele trata...¹

(1) Fouquet, C. - *Bibliografia da "Verdadeira História" de Hans Staden*, em "Boletim Bibliográfico", vol. IV, pp. 8-31, São Paulo, 1944.

Passaram-se realmente mais de trezentos anos sem que o famoso relato de Hans Staden viesse a ser conhecido em nosso País. Isto só ocorreu em 1892 com a tradução de Tristão de Alencar Araripe Júnior, que, aliás pouco contribuiu para a sua divulgação, pois foi publicada não em livro, mas nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de circulação restrita. E ainda com o grave inconveniente de não ser uma tradução direta do original alemão, mas da edição francesa de Ternaux-Compans, publicada em Paris em 1839. Em volume a obra só aparecerá em 1900, numa edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, comemorativa do quarto centenário do descobrimento do Brasil, em tradução direta por Alberto Loefgren, com notas de Teodoro Sampaio. Esta edição foi, trinta anos mais tarde, aproveitada pela Academia Brasileira para uma reedição bem mais cuidada e de melhor apresentação gráfica que a do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Portanto, quando Monteiro Lobato se propôs à sua "ordenação literária", o livro já era bastante raro. O texto do escritor paulista difere bastante do original quanto à ordenação da matéria, sem, contudo, prejudicar o entendimento. Aliás, o próprio Monteiro Lobato declarou-o no prefácio à edição de 1925: "esta obra, que devia andar no conhecimento de todos os brasileiros, viveu até hoje restrita aos estudiosos por falta de uma coisa só: ordem literária. Sem este tempero, por mais interessante que seja, não consegue uma obra vulgarizar-se. Com esta edição fazemos uma tentativa neste sentido. Ordenamo-la literariamente, com o mais absoluto respeito ao original, de modo que venha a lucrar em clareza sem prejuízo do caráter documental". E quanto ao interesse do livro, acrescentou: "É obra que devia entrar nas escolas, pois nenhuma dará melhor aos meninos a sensação da terra que foi o Brasil em seus primórdios". E neste espírito, desenvolvem-se os 53 capítulos, pequenos todos eles, no máximo de três páginas cada, reproduzindo as deliciosas gravuras da edição original, que figuram também na edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e em todas as demais que do livro se fizeram ao logo de todo este tempo. Constituem tais gravuras os primeiros documentos pictóricos da vida brasileira. Só por elas valeria o livro de Hans Staden, inda que outros méritos não tivesse.

Meu cativo entre os selvagens do Brasil alcançou excelente repercussão, pois já no ano seguinte aparecia a segunda

edição, com a Companhia Editora Nacional agora estabelecida em São Paulo, à rua dos Gusmões. Esta segunda edição apresenta uma originalidade: figura como volume primeiro de uma coleção intitulada “Brasil Antigo”, que prometia muita coisa, mas ficou em dois volumes, sendo o segundo o livro também famoso de Jean de Léry, e também “ordenado literariamente” por Monteiro Lobato. E a repercussão do livrinho continuou, pois em 1927 aparecia uma terceira edição, que foi reimpressa três vezes, em 1932, 1934 e 1939.

Monteiro Lobato retomou seus Hans Staden vinte anos mais tarde, em 1945, também para a Companhia Editora Nacional, no volume Hans Staden, suas viagens e cativo entre os índios do Brasil, integrando a preciosa coleção “Biblioteca do Espírito Moderno” (seção “História e Biografia”, vol. 39). Esta edição acrescenta algumas páginas que não constam do tempo em que o livro se chamava *Meu cativo entre os selvagens do Brasil: a dedicatória de Staden ao “Sereníssimo e Nobilíssimo Senhor Príncipe Philipsen, Landgrave de Hessen”*, o prefácio de um certo D. Dryander, a oração de Staden “enquanto estava entre os selvagens para ser devorado” e mais 36 pequenos tópicos (chamados impropriamente “capítulos”) que antecedem a narrativa tal como ocorre nas três edições anteriores; a seguir, os 53 capítulos do *Meu cativo* são reproduzidos integralmente.

No prefácio a esta edição de 1945, que, sem qualquer razão aparente, reproduz o prefácio à edição do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, de 1900, Monteiro Lobato volta a insistir no interesse de sua “ordenação literária”: “Ora, as traduções literais podem ser muito interessantes para os estudiosos de uma obra, não para o público, visto como a falta das qualidades modernas de clareza e ordem literária dificultam a leitura para a grande maioria dos leitores, composta de curiosos apenas interessados na história e não no estilo bárbaro em que foi escrita”. Isto vem a propósito da declaração do dr. Alberto Loefgren justificando ter feito para a edição do Instituto Histórico uma tradução “literal”. E continua Lobato: “Daí a nossa idéia de remodelar a tradução no sentido de maior clareza, sem prejudicar a narrativa em coisa nenhuma. Tudo quanto Hans Staden contou em seu livro está no texto da presente edição, apenas com mais ordem e clareza. Era o meio de reviver o interessantíssimo livro e o fizemos para benefício do grande público.”.

A sugestão de Monteiro Lobato de fazer o livro de Hans Staden “entrar nas escolas” não se viabilizou, mas o grande escritor

acabou fazendo mais: procedeu a uma adaptação infantil das "aventuras" do viajante alemão. Lembro-me de quando apareceu. Deveria andar pelos meus dez para onze anos e fiz questão de ler a curiosa história narrada por Dona Benta aos seus netinhos Pedrinho e Narizinho e mais Emília e Tia Nastácia. Não houve menino da época que não lesse essas "Aventuras de Hans Staden", tornando o nome do simpático artilheiro familiar à garotada de então. Possui por muito tempo o exemplar adquirido na velha e tradicional Casa Genoud, de Campinas, rua Barão de Jaguará esquina com César Bierrenbach, onde se localiza hoje a redação do "Diário do Povo". E este livro continuou sempre sendo reeditado entre a literatura infantil do escritor paulista.

Hoje, dispomos de edições melhores e mais completas de Hans Staden. Ninguém precisará recorrer à "ordenação lietrária" de Monteiro Lobato para conhecer o relato famoso, do qual numerosas edições existem ao alcance dos leitores. Mas pareceu-nos justo recordar a contribuição do autor de Urupês para a divulgação do precioso livro, pois, como acertadamente ponderou C. Fouquet, "graças à edição popular preparada por Monteiro Lobato e à respectiva adaptação para o mundo infantil, o prisioneiro de Ubatuba se tornou conhecido em círculos dilatados e, não por último, entre a juventude brasileira".²

Fato deveras curioso: a edição Lofgren/Teodoro Sampaio, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1900), que serviu de base para a da Academia Brasileira de Letras (1930) é, reconhecidamente, uma edição incompleta, pois abrange apenas uma das duas viagens que Hans Staden realizou ao Brasil. Uma edição realmente completa do texto stadeniano só apareceu em 1941, promovida pela Sociedade Hans Staden, de São Paulo, em tradução direta de Guiomar de Carvalho Franco, com introdução e notas de Francisco de Assis Carvalho Franco. Daí, o título que lhe foi dado: *Dois Viagens ao Brasil*. Simultaneamente, apareceu uma edição em alemão moderno, aos cuidados do já citado dr. Carlos Fouquet.

No entanto, é a edição "incompleta" do Instituto Histórico de São Paulo que tem servido de base para diversas outras edições modernas do famoso livro - Progresso (1955), Ouro (1963) e uma

(2) Fouquet, C. - Obra citada, p. 12

nova edição da Academia Brasileira de Letras (1988), bem como para algumas interessantes adaptações, como as de Manoel de Abreu Campanário (1980) e Luiz Antônio Aguiar (1988).³ Enquanto que a edição "completa", de Carvalho Franco, só uma vez em meio século mereceu uma reedição, pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, em sua preciosa coleção "Reconquista do Brasil", volume 17, de 1974.

(3) Campanário, Manoel de Abreu - Hans Staden: o homem e a obra. São Paulo, Parma, 1980 - Aguiar, Luiz Antônio - Hans Staden: viagens e aventuras no Brasil. São Paulo, Melhoramentos, 1988.

LYCURGO SANTOS FILHO, HISTÓRIA GERAL DA MEDICINA BRASILEIRA

Milton VARGAS

Lycurgo Santos Filho já tinha publicado, em 1947, uma **História da Medicina no Brasil**, do século XVI ao século XIX, pela qual tornou-se um dos mais renomados historiadores da Medicina brasileira. Esta obra, há muito tempo já esgotada, tornou-se uma das poucas fontes de leitura e consulta dos nossos historiadores e interessados na história da ciência e da profissão médica. Mas a sua consulta cada vez mais difícil foi-se restringindo aos exemplares de bibliotecas públicas e universitárias. Urgia, portanto, a publicação de uma segunda edição que viesse satisfazer a um grupo, cada vez maior, de estudiosos não só da evolução da nossa Medicina, como das implicações entre as doenças, sua discriminação e seu combate, e a constituição da civilização brasileira.

Em vez, porém, de promover a simples reedição de seu livro, Lycurgo resolveu reformular completamente a sua obra, aduzindo ao impressionante número de dados e informações por ele colhidos um novo e mais abrangente tratamento historiográfico do assunto. Daí esta **História Geral da Medicina Brasileira**, cuja primeira impressão do primeiro volume foi publicada em 1977 e um segundo volume vem de surgir, perfazendo, assim, dois alentados volumes (São Paulo, Hucitec/Editora da Universidade de São Paulo, 1991). O primeiro, cobrindo o período colonial, mas abrangendo também a medicina nativa indígena e a medicina negra, que veio da África com os escravos. O segundo, abrangendo todo o século XIX, desde a fundação no início do século das escolas de cirurgia, no Rio de Janeiro e na Bahia. Porém, só no início do século XX, segundo o autor, é que aparecem os primeiros sinais de uma medicina nacional, baseada em pesquisas científicas autóctones. E Lycurgo Santos Filho está trabalhando num terceiro volume a ser, em breve, publicado,

dedicado à nossa medicina do século XX, que ele chama a "época da medicina científica".

O primeiro volume da História Geral dedica-se à medicina dos físicos e cirurgiões, curiosos e feiticeiros, vigente no Brasil Colônia. Na Introdução, o autor traça um excelente esquema da história da medicina brasileira e de suas fontes que, em sua sintética visão panorâmica, informa àqueles que se vão iniciar no seu estudo, da natureza e da periodização que o autor propõe. Isto é, de um primeiro período (abrangido no volume 1, em exame), o qual é dividido em cinco ítems: a) Medicina Indígena; b) Medicina Jesuítica; c) Medicina Africana ou Negra; d) Medicina no Brasil Holandês; e) Medicina Ibérica. Esta última, sendo a mais extensa, abrange as atividades tanto dos assim chamados "físicos", como dos curiosos e curandeiros de origem ibérica que dominariam a profissão durante os tempos coloniais.

Depois dessa Introdução, é apresentada, num extenso Livro I, uma resenha das fontes, quer gerais, quer históricas ou religiosas, incluindo textos geográficos, efemérides, biografias, memórias e crônicas. Num segundo capítulo encontram-se referências a textos de Medicina que elucidam fatos históricos, como ensaios de bibliografias médicas e esboços de elaboração de história da Medicina, até os primeiros livros de história da Medicina editados no Brasil. Convém aqui ressaltar a importância desse Livro I, do primeiro volume, para todos os historiadores da ciência interessados no progresso científico brasileiro.

Depois da apresentação de um panorama geral, o autor enfrenta a difícil tarefa de relatar historicamente a Medicina, o curandeirismo e a feitiçaria imperante desde a descoberta do País até a criação das primeiras escolas de Medicina, no início do século XIX. Abrangendo, portanto, todo o período colonial.

Apesar da primeira visão dos descobridores ter sido de uma terra de clima ameno e salubre, habitada por uma população forte e sadia, essa visão foi-se paulatinamente deteriorando para a de uma terra de clima inclemente, agravado por miasmas mortíferos e bichos venenosos, habitada por uma população infestada pelas mais estranhas doenças, tanto nativas como trazidas da África pelos negros e da Europa pelos brancos. É sob essa visão que o autor descreve a profissão dos médicos e curandeiros coloniais no Brasil.

Na medicina indígena, o autor vê, além da ação fetichista do "pagé" na cura das doenças, o emprego das ervas medicinais tropicais, que persistem até hoje na farmacopéia moderna. Na medicina jesuítica, o autor vê principalmente a transposição para a Colônia das práticas de assistência médica européia e o início da organização hospitalar. Na medicina colonial holandesa, apesar do maior preparo científico dos "físicos" batavos, o autor não vê grande diferença entre as condições sanitárias e de saúde das terras ocupadas pelos holandeses com o restante do Brasil Colônia. Entretanto, ressalta a preocupação holandesa de trazer para a metrópole informações sobre as condições de saúde da população colonizada. Daí a vinda ao Brasil de vários médicos, quase todos judeus, e a publicação na Holanda de obras sobre a história natural brasileira, entre as quais as de Willem Piso, com observações médico-botânicas.

A fase referente à medicina ibérica, praticada no Brasil, cobre cerca de dois terços do primeiro volume, pois é considerada a mais importante do período colonial. Ela seria constituída pelas atividades profissionais não só dos "físicos" formados na Península Ibérica, como também de curiosos, curandeiros, boticários, cirurgiões e barbeiros íbero-brasileiros. A medicina ibérica dessa época ainda não tinha sido influenciada pela ciência moderna, dada a resistência oferecida à incorporação desta nas universidades da Península. Dominavam, portanto, as práticas medievais calcadas nas medicinas galênica e hipocrática, baseadas nas virtudes curativas dos remédios e dos humores dominantes dos doentes. Era uma medicina reduzida à experiência própria e intransmissível dos profissionais e a receituários, semelhantes aos, até hoje, usados pelas famílias interioranas.

Na colônia essa situação da medicina peninsular era ainda mais precária dada a falta de "físicos" de formação universitária e o quase completo domínio de profissionais habilitados, que percorriam a cavalo as regiões mais habitadas do território brasileiro, curando as mais variadas doenças com as suas "caixas-de-botica" e seu breviário de receitas. A esses juntavam-se as parteiras, os cirurgiões barbeiros e os curandeiros.

A partir do século XVI surgem as Irmandades de Misericórdia, custeadas por esmolas e doações particulares, que sustentavam as Santas Casas de Misericórdia, destinadas a recolher e abrigar enfermos, principalmente pobres, pois os ricos curavam-se em

casa, receosos do ambiente insalubre dos hospitais. As primeiras Santas Casas foram as de Santos, Olinda e Salvador, mas logo apareceram em várias outras cidades brasileiras, inclusive pequenas cidades do interior. Os "físicos" e cirurgiões que nelas atuavam nada recebiam e, geralmente, eram orientados por religiosas e religiosos. Além dessas Santas Casas, havia ainda as enfermarias dos colégios jesuíticos até a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759. No final do século XVII, começaram a estabelecer-se nos quartéis pequenas enfermarias, as quais foram o germe dos Hospitais Reais Militares, instalados alguns nos edifícios antes ocupados pelos colégios jesuíticos. Só no século XIX apareceram, nas principais cidades brasileiras, as "Casas de Saúde" oficiais, alguns poucos lazaretos e os "isolamentos" para as quarentenas, junto aos portos do Rio e da Bahia.

Nessa época, as epidemias de varíola, sarampo, impaludismo e várias outras doenças assolavam as cidades. Isto obrigou as Câmaras das principais cidades e vilas a organizarem suas juntas de defesa da saúde pública, contratando "físicos" e cirurgiões e elaborando normas de higiene, limpeza, desinfecção e quarentena. Dessas normas é que, no início do século XIX, surgiu a vacinação contra a varíola.

O segundo volume da obra de Lycurgo Santos Filho dedica suas 677 páginas à história da medicina brasileira durante o século XIX. É a fase que chama de pré-científica, pois que, segundo ele, ainda não se instalara, na medicina nacional, a pesquisa científica. Ela resumia-se do que se ensina e aprende em livros de textos franceses ou traduzidos para o francês, nas Faculdades de Medicina do Rio e da Bahia. Essas resultaram de evolução das escolas de cirurgia, criadas em 1808. As mesmas foram transformadas em Academias Médico-Cirúrgicas, instaladas nas Santas Casas de Misericórdia do Rio, em 1813, e da de Salvador, em 1815. Eram cursos de cinco anos de disciplinas médicas precedidas por científicas. Em 1832, tais academias foram transformadas nas Faculdades de Medicina do Rio e na da Bahia, com cursos de seis anos de disciplinas médicas e clínicas, precedidas de cursos de ciências físicas e biológicas. Anexos a essas Faculdades, existiam cursos de Farmácia, de Odontologia e de Parteiras. O autor enfatiza o caráter inteiramente livresco desses cursos, o que confere a denominação de quase científico ao estágio de nossa medicina no século XIX. Embora muitos professores tenham alcançado elevado nível de erudição, apesar da incapacidade geral de pesquisa, criatividade, inovação e descoberta.

O livro III do volume em questão é dedicado a uma ampla e profunda análise, não só histórica, mas também fenomenológica, da medicina e das doenças que assolaram o país ao longo de todo o século XIX. Ele descreve as principais doenças vigentes nesse período, sob o enfoque do conhecimento, certo ou errado, que se tinha delas na época. Descreve-as sem procurar identificá-las e caracterizá-las sob o ponto de vista científico atual. Constatamos, assim, epidemias de febre amarela, malária, tifo, cólera, varíola e outras, sob os aspectos calamitosos e catastróficos que apresentavam então. Faz notar o ponto de vista dos médicos livrescos de então; porém, ressalva o daqueles que insistiam na necessidade de observar essas doenças em seus aspectos próprios, relacionados com as nossas condições geográficas e climáticas próprias.

Um exemplo desses últimos são os tropicalistas da Bahia que, apesar de estarem perfeitamente a par do estudo da medicina européia, insistiam que as doenças tropicais deveriam ser estudadas em seu contexto próprio. Eles foram liderados por um escocês, John Peterson, um alemão nascido em Portugal, Otto Wucherer e um português, Silva Lima. Foram eles que na década dos anos 60 do século XIX atuaram como precursores da medicina tropical brasileira, baseadas em observações diretas de campo e laboratório, como a que apareceu, a partir do início do século XX, no Rio de Janeiro.

O final desse segundo volume enfeixou-se sob a promessa de um terceiro volume sobre a fase científica da medicina brasileira, a qual iniciar-se-ia com as pesquisas dos Institutos de Manguinhos, no Rio, e Butantã, em São Paulo, quando nossa medicina adquiriu autonomia. Com o prometido terceiro volume da obra de Lycurgo Santos Filho, não só a nossa medicina ganhará uma visão global de sua história, como também a História da Ciência no Brasil enriquecer-se-á com preciosa documentação sobre suas origens, pois, não resta dúvida, que as ciências da natureza muito devem à história da profissão médica no Brasil.

(Transcr. do Supl. Cultural da Associação Paulista de Medicina, nº 65, agosto de 1992).

OS CULTOS DE ÍSIS E DE MITRA NA ANTIGA ROMA: UMA PRIMEIRA ABORDAGEM

João RIBEIRO JUNIOR

A partir do II século d. C. começam a aparecer em Roma muitas religiões estrangeiras, trazidas de várias regiões do Império por mercadores e soldados. Como elas continham um elemento de iniciação secreta e intensa identidade coletiva, logo exerceram grande atração entre os romanos, cuja religião oficial, sem muito atrativo e sem mistério, porque era política, já não os satisfazia.

Cícero, Salústio, Horácio e Tito Lívio afirmavam que os romanos eram o povo mais religioso do mundo. Porém, a verdade é que os romanos se comprometiam a honrar às divindades, se estas, em troca, lhes concedessem favores. O realismo romano levou, assim, a uma religião sem misticismo e sem dogma. A religião romana, portanto, em sua essência, não era espiritual; sua preocupação básica não visava o melhoramento moral do homem, senão afastá-lo dos perigos e protegê-lo dos males. Prático, positivo, formalista, o romano organizou o culto à sua imagem. Assim, o pater-famílias era, por ofício, o sacerdote da família, que sacrificava em nome dos seus; enquanto que o culto público, eminentemente estatal, ficava a cargo dos funcionários e dos magistrados. Não havia, como entre outros povos da Antiguidade, a casta sacerdotal.

Numa reação de caráter predominantemente nacionalista, que tentou reanimar uma vez mais as antigas crenças, o imperador Otávio Augusto, cujo governo se estendeu de 30-14 d. C., a conselho de Varrão e de Horácio, fez reformas religiosas, restaurou templos e santuários (Por ter restaurado 82 templos, Tito Lívio o chama de Templorum omnium Conditor ac Restitutor, Fundador e Restaurador de todos os templos), e instituiu o culto oficial do Imperador (Augustus = Santo, Sagrado, Venerável). baseado em modelos

helenísticos. Não só adorava-se o Imperador vivo, como a todos os membros de sua família. Era uma forma de se mostrar lealdade ao Estado. Medida puramente política, não pretendia criar nova religião, senão dar alento às antigas crenças. À princípio, o resultado foi positivo, principalmente nas províncias, encontrando apenas a oposição do Judaísmo e do Cristianismo.

Contudo, esse culto imperial, uma das principais formas da religião oficial, apesar do entusiasmo que despertou, era demasiado exterior, não alcançando as aspirações espirituais mais profundas do povo romano. Deste modo, as religiões orientais e as organizações de iniciação das mais variadas espécies, com sua filosofia, misticismo e promessa de salvação individual, tiveram êxito surpreendente. Multiplicaram-se então, em Roma e na Itália, os Mistérios (cerimônias secretas) de Dionísio, de Hécate, da Grande Mãe, de Serápis, de Cibele e Átis, de Ísis, de Mitra...

Aos poucos, o politeísmo é substituído por um novo conceito universal da divindade, que vai abrir caminho, entre essas religiões orientais, para o triunfo definitivo do Cristianismo.

Para um estudo pormenorizado dos cultos orientais, tratando de forma conveniente todos os problemas, necessitaríamos de um alentado volume, porisso contentei-me em esboçar um quadro apenas dos cultos de Ísis e de Mitra. Remeto o leitor interessado para as seguintes obras: Franz Cumont. *Les Religions Orientales dans le Paganisme Romain*, Paris, s/ed./1909; Salomon Reinach. *Orpheus*, Paris, Librairie D'Éducation Nationale, 1925; Mircea Eliade. *História das Crenças e das Idéias Religiosas*, Rio, Ed. Zahar, 1970, Tomo II, vol. 2.

O CULTO DE ÍSIS

Vindo do Egito, o culto de Ísis e Osíris sofreu em Roma várias perseguições, chegando o Senado a abolir seus santuários e estátuas. Em 38 d.C. construiu-se um templo de Ísis no Campo de Marte, e o culto, com o apoio dos Antoninos e dos Severos, começou a crescer, espalhando-se pelas províncias.

Pouco se sabe dos Mistérios de Ísis, e mesmo sobre o desenrolar das duas festas principais: *Navigium Isidis* (Navio de

Isis) realizada em 5 de março; e **Inventio** (Descoberta), efetuada em 29 de outubro a 1º de novembro, a não ser que, na primeira, a deusa aparece vestida de luto à procura dos membros dispersos do seu esposo-irmão Osíris; e na segunda, com veste de várias cores. Possivelmente nestas festas recordava-se o mito de Ísis e Osíris.

Osíris, filho mais velho de Ket, o deus-terra, e de Nut, a deusa-céu, tendo acabado a unificação do Egito, foi assassinado pelo seu irmão Seth (o Tifon da mitologia grega), que lançou o cadáver no Nilo.

A versão grega conta de modo diferente: Tifon ofereceu a Osíris um festim, cujos convivas eram seus cúmplices. Durante o banquete, Tifon mandou trazer um cofre magnificamente trabalhado, cujo comprimento correspondia intencionalmente à estatura incomum de Osíris e declarou, gracejando, que daria o cofre de presente àquele que o preenchesse exatamente, deitando-se nele. Vários convidados tentaram a experiência, sem êxito; mas desde que Osíris, sem a menor desconfiança, estendeu-se nele, os conjurados fecharam rapidamente a tampa, pregaram-na e atiraram o cofre ao Nilo, que o levou para o mar. Ísis, (é a Io grega transformada em vaca por Hero/Juno, que depois mandara Argo vigiá-la, sendo este mais tarde assassinado por Hermes/Mercúrio. Io foge para o Egito, onde se torna a deusa Ísis), a viúva de Osíris, começou a procurá-lo, e terminou encontrando o corpo em Biblos, onde tinha sido lançado pelas enchentes periódicas do rio. Após diversas peripécias, no decorrer das quais Tifon Seth se apoderou novamente do cadáver e o esquartejou; Ísis voltou a reunir todos os pedaços, exceto os órgãos genitais que ficaram perdidos, e conseguiu ressuscitar Osíris, do qual mais tarde concebeu Horo/Rá, o falcão de olhos faiscantes.

Os **Textos das Pirâmides**, gravados nas salas sepulcrais dos reis da V e VI dinastias, narram que Ket, tendo encontrado o corpo de seu filho Osíris no Nilo, limpou-o do lodo, entregando-o a Nut que readaptara seus membros, e a seguir, Ra lhe ressuscitara, ordenando-lhe que se levantasse. Segundo o testemunho dos **Textos dos Sarcófagos**, traçados com o cálamo nas cubas funerárias do Império Médio egípcio, falando do uso da mumificação, tornado então universal, explica que Ra enviara o corpo de Osíris a Anubis para que este o embalsamasse. Ísis, conforme o texto de um hino, que

se encontra no Louvre, ferira o ar com suas asas por cima da múmia de Osíris, e logo este recomeçara a respirar, levantando-se cheio de vida.

Nenhuma das fontes antigas mostra Osíris retomando a posse de seu reino terrestre. Este ficou para seu filho Horo, que vingou seu pai abatendo Seth. A morte pusera termo ao reinado terrestre de Osíris, que agora, embora revivificado, reinaria em outro mundo.

Releva notar que a perda do sexo de Osíris, quando de sua passagem para um outro mundo, dá à sobrevivência um caráter nitidamente espiritual e a necessidade de unir o Ba (consciência) ao Ka (espírito universal), mais do que ao Ket (corpo carnal), como ensina a religião egípcia.

O escritor romano Apuleio (125-180 d. C.), que foi iniciado nos Mistérios de Ísis, deixou descrições a respeito no livro XI, 28, da sua mais célebre obra: *Asinus Aureus* (o Asno de Ouro) ou *Metamorphoseon*, mas há muitas reticências e frases duvidosas em seu trabalho.

O livro fala dos mistérios das forças sobrenaturais e mostra um quadro detalhado dos costumes e tendências sexuais da época, que através das inibições, terror ao pecado e moralismo hipócrita, acabavam adotando formas anormais e perversas. O argumento, tomado da obra do grego Luciano, intitulada *Lucio*, conta a história do jovem grego Lucio, de Patras, curioso das artes mágicas, que visita a Tessália, onde por equívoco e graças a certo unguento, foi transformado em asno, e não pássaro como queria; embora asno, conservou as faculdades cognoscitivas do homem. Segue, então, uma série de aventuras, até que advertido por Ísis em sonho, reassume a forma primitiva, após ter ingerido rosas. É neste romance que se encontra, pela primeira vez, a história de "Amor e Psiquê".

Conta Apuleio que o ritual de iniciação nos Mistérios de Ísis começa com o banho do neófito, que depois é levado aos pés da deusa, e "tendo em conta várias coisas demasiado augustas para que possam ser divulgadas, o sacerdote convidou-me a fazer jejum durante dez dias. Ao cabo dele, fui recebido (...). O sacerdote vestiu-me de linho branco e levou-me pela mão até o coração do templo; talvez desejas muito saber, ó leitor estudioso, o que foi dito e feito. Di-lo-ef se me fôsse permitido dizê-lo (...)". Apuleio declara

em seguida: "Escuta e crê o que é verdade. Aproximei-me do reino da morte, pisei o limiar de Proserpina, e voltei de lá através dos elementos (planetas). Vi brilhar o sol em plena noite com todo o seu fulgor; abeirei-me dos deuses dos infernos e dos deuses do céu, vi-os face a face, adorei-os de perto". Informa, ainda, Apuleio que no frontão do templo de Ísis estava escrito: "Eu sou o que foi, é, ou será, e ainda nenhum mortal levantou o meu véu". (Os ocultistas sempre aludem a esta inscrição; e a criadora da Doutrina Teosófica, H. P. Blavatsky, escreveu, para explicá-la, o livro *Ísis sem Véu*).

O que Apuleio não disse, diz-nos Plutarco (50-125 d. C.), que também pouco sabe, em sua obra *Sobre Ísis e Osíris*, 28, que "as vestimentas de Ísis tingem-se das mais variegadas cores, pois o seu poder estende-se à matéria que recebe todas as formas e que sofre todas as vicissitudes, uma vez que é suscetível de transformar-se em luz e trevas, dia e noite, fogo e água, vida e morte, começo e fim. Mas o traje de Osíris não apresenta nem sombra nem variedade; possui uma única cor pura, a da luz. De fato, o princípio é isento de qualquer mistura, e o Ser primordial e inteligível é essencialmente puro". E mais adiante: "Os sacerdotes de Ísis usam todo o corpo rapado, vestem túnicas de linho, não comem legumes, nem carne de porco, nem peixes do mar, nem sal, e bebem pouco vinho".

Tomando por base o que sabemos da teologia rudimentar egípcia, verificamos que ela não se compunha unicamente de mitologia, mas exprimia, pela interpretação dos mitos, pensamentos e teorias sobre o divino. O mito de Osíris é antes de tudo um mito de significação moral, propondo, aos homens de todas as condições, a justiça e a beneficência de Osíris, a fidelidade conjugal de Ísis, o zelo de Horo em reabilitar o seu pai e vingar-lhe a memória; pela derrota final de Seth e de seus aliados, o mito traz uma solução ao problema do mal. No fundo essa teologia mítica aproxima-se do monoteísmo. É certo que esse culto prosseguiu na Grécia, passando, posteriormente, para Roma, mas sob aparência modificada de acordo com o contexto histórico; contudo, os iniciados continuavam a receber instruções primordiais vindas do Egito, que lhes faziam compreender a justiça e a bondade, que presidia todas as coisas. Em suma, os Mistérios de Ísis ensinavam aos adeptos uma superior moral, feita para divinizar o homem, dar-lhe a mais alta consciência de seus deveres e de sua personalidade.

Seja como for, os Mistérios de Ísis foram os inspiradores da tradição hermética que se espalhou pelo mundo. É de se ressaltar a importância dessa tradição no pensamento da Renascença, como bem demonstrou Frances A. Yates, professora de História do Renascimento na Universidade de Londres, em sua obra *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*, SP, Ed. Cultrix, 1987.

O CULTO DE MITRA

Culto de procedência iraniana (O Irã, abreviação de *Iran-Shahr*, país dos árias, nos legou três religiões: o Masdeísmo, o Mitraísmo e o Maniqueísmo) constituiu o mais sério rival do Cristianismo até o século IV da nossa era.

Foi introduzido em Roma pelos soldados de Pompeu. Conta Plutarco, em suas *Vidas dos Homens Ilustres*, 6, XXXVI, que "os piratas da Ásia Menor, vencidos por Pompeu, praticavam ritos secretos, entre outros o de Mitra. Graças a eles, o deus persa penetrou em Roma".

Mitra (Mithra) é o grande deus solar dos Aquemênidas ao lado do deus Ahumarazda (Senhor Sábio), depois tornado Ormuzde. (Na Índia eram Varuna e Mitra). A data do seu nascimento foi fixada em 25 de dezembro, no momento em que o sol começa a sua carreira ascendente, no solstício do inverno. (O Cristianismo, posteriormente, adotou essa data para o nascimento de Jesus Cristo). Como o sol ergue-se a cada manhã acima das montanhas, Mitra também deveria nascer de um rochedo; assim venerava-se uma pedra cônica, donde emergia uma criança nua, com o boné frígio na cabeça.

Na festa iraniana de Mitra, o rei persa embriagava-se com uma coroa solar na cabeça. Posteriormente, nos hinos consagrados a Mitra, ele aparece como um guerreiro montado num cavalo branco (associação solar), mas, essencialmente, ele é o amigo, o guardião do "contrato" entre o sol e a lua; intermediário entre a luz e as trevas; entre Ormuzde (o bem) e Arimã (o mal). O sacrifício do touro divino, realizado no seu culto, tem valor de testemunho de redenção: o touro, primeiro ser criado por Ahumarazda, é perseguido por Mitra, que o pega pelos chifres, mas o animal, não se deixando dominar, o arrasta até cansá-lo. Surge, então, o Corvo, mensageiro de Ahumarazda,

que ordena a Mitra a cravar a espada no flanco do touro. O sangue brota, fertilizando o solo, donde germinarão todas as plantas úteis, especialmente, a vinha e o trigo. No dia do julgamento final, esse touro voltará à terra, e após ser novamente sacrificado por Mitra, terá sua banha misturada com o suco da planta **Haoma**, que restituirá a vida, a existência imortal, aos fiéis do mitraísmo. (**Haoma** é mesmo **Soma**, de grande importância no ritual da religião védica).

Em Roma, este culto era celebrado em santuários subterrâneos, ou em grutas, onde continham a imagem de Mitra, degolando o touro, e a estátua do **Tempo Infinito**: um corpo de homem, com cabeça de leão e envolvido por uma serpente, com quatro asas, duas nos ombros e duas nas ancas. O solo e as paredes estavam revestidas de dísticos enigmáticos. O dia consagrado ao deus era o domingo (o dia do sol). Sabe-se que existia um santuário dedicado a Mitra no mesmo local em que hoje está a Basílica de São Pedro.

O candidato que saísse vitorioso na prova das "doze torturas", antes da iniciação final, recebia um bolo feito de pão ázimo, que simbolizava o sol, e era conhecido como o maná (pão celeste). Depois, sacrificava-se um carneiro ou um touro, e com o seu sangue aspergia-se o neófito. (Como ocorreu na iniciação do imperador Juliano).

Os iniciados compunham uma hierarquia de sete graus: Corvo (**Corax**), Oculto (**Cryptius**), Soldado (**Miles**), Leão (**Leo**), Persa (**Perses**), Correio do Sol (**Heliodromus**), Pai (**Pater**), comandada pelo Pai dos Pais (**Pater Patrum**). Estes sete graus correspondiam as sete regras (mistérios), que o **Apocalipse** (5, 1 s) simbolizou nos sete selos que são abertos e entregues aos "nascidos de novo". (É de se notar que o número 7 está presente na simbologia dos diversos mitos, em tudo quanto indique uma seriação progressiva. Ele é simbolizado pela estrela de 7 pontas, que corresponde cada uma a um dos signos do Zodiaco, aos dias da semana (lunar), às notas musicais e aos tons da cor. Assim, o dó corresponde ao vermelho; o amarelo, ao ré; o verde, ao mi; o índigo, ao fá; e o violeta, ao sol, segundo os pitagóricos. Santo Agostinho via no 7 o símbolo da perfeição da Plenitude, e Santo Ambrósio, o da virgindade).

Encontrou-se, recentemente, na Biblioteca Nacional da França, um manuscrito, onde há uma oração do culto de Mitra, que

faz alusão à transmigração das almas, e normas de um cerimonial muito parecido com o batismo cristão.

Quanto às analogias entre o Mitraísmo e o Cristianismo comenta Salomon Reinach em sua obra *Orpheus*, p. 102: "Mitra é o mediano entre Deus e o homem; assegura a salvação dos homens por um sacrifício; o seu culto comporta o batismo, a comunhão, jejuns; os seus fiéis chamam-se irmãos; no clero mitríaco, há homens e mulheres que praticam o celibato; a sua moral é imperativa e idêntica à do Cristianismo. Em suma, só podemos estabelecer comparações, pois não há provas para uma medida exata das correlações entre Mitraísmo e Cristianismo".

CONSELHEIRO PAULA SOUSA, UM LIBERAL DO IMPÉRIO

Roberto Machado CARVALHO

Autodidata, invejável cultura jurídica, atuação parlamentar voltada para causas maiores, liberal destacado a indicar rumos para a soberania do Estado brasileiro, o Conselheiro Francisco de Paula Sousa e Mello foi uma das maiores personalidades do Império. Teve atuação marcante em todos os acontecimentos da primeira metade do século XIX, desde o desenrolar do processo da indenpendência política até meados daquela centúria. Seu bicentenário de nascimento será comemorado neste ano, especialmente na cidade de ITU (SP), onde nasceu aos 5 de janeiro de 1791, numa casa da antiga rua Direita (atual Paula Sousa). Acrescente-se ainda os 140 anos de seu falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro, aos 16 de agosto de 1851.

Filho do português Antônio José de Sousa, doutor em cânones e de d. Gertrudes Celidonia de Cerqueira, ficou órgão de pai com apenas catorze meses. Aprendeu as primeiras letras com seu tio, o célebre capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Góis e Aranha. Criança franzina e doentia, praticamente não freqüentou escola regular. Talento precoce, aos dez anos aprendeu o latim e aos doze, o italiano e o francês. Nesses estudos seu perceptor foi o jesuita Pe. José de Campos Lara, que havia retornado de Roma, bem antes da restauração da Companhia de Jesus no Brasil. O sacerdote viu-se logo impressionado com a apurada inteligência, excelente memória e dedicação aos estudos e às leituras - seu maior prazer era ler os livros da biblioteca paterna - do rapaz. Longe dos folguedos próprios de sua idade, Francisco era um jovem tímido, voltado com toda a seriedade para o estudo e a meditação. Logo, nada mais tendo para ler em Itu, segue para São Paulo, contornando a resistência de d. Gertrudes, preocupada com a saúde do filho. Na capital, aperfeiçoa os estudos

de línguas, acrescentando o inglês, além de história, geografia, filosofia e retórica. O débil organismo não reagia à sua vontade de estudar. Atacado por uma oftalmia e incomodado por uma gastrorréia, viu-se obrigado a obedecer a determinação médica: um bom tempo de reclusão em local escuro, abstenção da leitura e rigorosa dieta. Assim viveu Paula Sousa dos 18 aos 21 anos. Aproveitou esse período para ordenar em seu espírito reflexivo e crítico, a profusão de idéias que havia elaborado. Ao ficar livre daquelas receitas, estava preparado para os embates da política, tendo antes se dedicado ao estudo das ciências jurídicas, sempre como autodidata. A política reservava para Paula Sousa, os mais altos cargos do Império.

Estudioso dos clássicos da filosofia liberal e racionalista francesa do século XVIII, Paula Sousa repudiava a velha teoria do poder divino dos reis, bem como as abstrações políticas. Era, porém, tolerante com as idéias de seu tempo - fruto de seu liberalismo - incluindo as doutrinas clericais e seus adeptos. Entre estes, alguns amigos como o Pe. Diogo Antônio Feijó, um dos Regentes do Império. Ao perceber a vocação sacerdotal de seu primo e conterrâneo Antônio Joaquim de Mello, não teve dúvidas em ajudá-lo até a ordenação, com uma generosa bolsa de estudos.

A atuação política de Paula Sousa foi decisiva no histórico apoio da Câmara da então vila de Itu ao processo de independência, pleiteando seu apressamento e jurando fidelidade às decisões da Corte. Os officios e representações encaminhados ao governo da província de São Paulo, vazados na mais pura filosofia liberal da época, levavam a marca da orientação de Paula Sousa. Num deles, ao responder uma consulta sobre propostas que os deputados eleitos deveriam levar às Cortes de Lisboa (1821) usou, pela primeira vez, a expressão "independência do Brasil", defendendo a imediata separação de Portugal. Ele mesmo foi um dos eleitos por São Paulo; na hora do embarque, porém, os agravos da saúde impediram a viagem. Na despedida, Paula Sousa recomendou aos deputados que defendessem, nas Cortes, a soberania brasileira.

O episódio do 23 de maio de 1822 conhecido como a "bernarda de Francisco Inácio" - o movimento sedicioso foi liderado pelo Cel. Francisco Inácio de Sousa Queiroz - quando o governo provincial de São Paulo chefiado por João Carlos Oeynhausen tentou implantar um regime centralizador e de defesa dos interesses portugueses, teve em Paula Sousa seu maior adversário. Em Itu, onde era o mentor

da Câmara Municipal e considerado a "incarnação da opinião pública", dado o seu prestígio, organizou a resistência aos intuitos lusófilos. A vila era sede de uma extensa Comarca, que abrangia terras das regiões, mais tarde, atravessadas pelas vias férreas da Mogiana, Paulista e Sorocabana. Agindo com presteza, Paula Sousa conseguiu unir as vilas da Comarca formando uma "coligação das vilas do interior" sob sua coordenação. Um representante do governo provisório tentou negociar com as autoridades de Itu, mas foi repudiado, tendo que abandonar, às pressas, a vila. A resistência foi decisiva para manter em São Paulo, a autoridade da Corte, a única reconhecida pela coligação.

Assim, não foi sem motivo sua eleição para a Assembléia Constituinte de 1823. Com a dissolução desta, o parlamentar ituano retorna à sua terra natal e prepara-se para colaborar nas Emendas da Câmara de Itu ao Projeto da Constituição de 1824, todas pugnando pela ampliação do leque das liberdades. As propostas eram de um liberal moderado, não pactuando com os radicalismos ao estilo republicano, nem com certas teses conservadoras. No caso, por exemplo, do uso do Poder Moderador que a Constituição facultava ao Imperador, Paula Sousa buscou conciliar os extremos, isto é, a extinção pura e simples ou a manutenção. Admitia a existência daquele Poder, mas com uma ressalva: que os atos de seu uso fossem referendados pelos ministros. Como estes eram fiscalizados, o Legislativo é que daria a última palavra. Em suma, o Poder Moderador seria controlado pelo Parlamento. Em seus discursos parlamentares, Paula Sousa fazia a defesa das prerrogativas do Legislativo, adotando a linha de um autêntico partidário da Monarquia constitucional parlamentar.

A partir de então, a carreira política de Paula Sousa toma impulso. Iria assumir cargos de alta responsabilidade na vida pública. Aguarda em sua terra natal o momento de se eleger para a primeira legislatura da Câmara dos Deputados instalada em 3 de maio de 1826, juntamente com o Senado. Nesse primeiro ano da legislatura de 1826-28 que funcionou por quatro meses, verificou-se a intervenção de Paula Sousa nos principais assuntos tratados: os projetos sobre a responsabilidade dos ministros, a naturalização dos estrangeiros, a criação dos cursos jurídicos, a liberdade de imprensa, opinião e crítica, o provimento dos cargos da magistratura e, de maneira especial, a difícil situação financeira do Tesouro, agravada com as

despesas conseqüentes da independência - triplicou a dívida pública - e as guerras do Sul. Graças aos seus conhecimentos da Constituição e do Regimento interno - "nós temos muito o que fazer e sem o regimento nada se faz" (Anais da Câmara, 1826, sessão de 26 de maio) - Paula Sousa atuava como conselheiro da Câmara, orientando os trabalhos num ambiente ainda pouco familiarizado com o mecanismo de funcionamento legislativo.

Diversos projetos receberam o parecer abalizado de Paula Sousa. Seus argumentos pairavam no recinto parlamentar como um alívio para as dúvidas ou debates confusos. Era o jurista seguro e ponderado, ardoroso baluarte do sistema monárquico constitucional representativo e inflexível defensor da legalidade. Citemos algumas passagens de sua atuação parlamentar: sobre o aumento de subsídios - naquela época já constava da pauta dos trabalhos - Paula Sousa citava texto constitucional, segundo o qual, só é permitido legislar sobre os subsídios da legislatura seguinte. Foi de sua autoria a emenda ao projeto de criação dos cursos jurídicos, estabelecendo os cursos em São Paulo e Olinda (PE). A uma consulta oficial recebida pela Câmara, Paula Sousa ofereceu emenda nos seguintes termos: "que se responda ao ministro que faça observar a lei". Aos adversários da Constituição, respondia com firmeza: "a nossa independência já não pode sofrer os assaltos a que está exposto o nosso sistema de governo - monárquico representativo - e por isso, nunca serão demais as medidas que se tomarem contra as tentativas dos inimigos da Constituição" (Anais da Câmara, 1826). Desse apêgo à Constituição resultava grande coerência e firmeza de atitudes, o que cercava a figura de Paula Sousa de uma auréola de respeito e admiração. Assim, na questão do recrutamento militar para a formação de tropas, a Câmara debateu a maneira desumana como era feito. Paula Sousa, demonstrando indignação, reclamava do governo, "uma lei que regule a maneira porque se há de proceder ao recrutamento... Se não houver esta lei, será inteiramente arbitrário o modo de chamada para as armas" (Anais da Câmara, 1826). Interferindo nas discussões sobre o tratamento aos presos, preconizava medidas humanitárias, pois, "todos são iguais perante a lei". Para Paula Sousa, a Constituição era "o nosso paládio, a nossa única tábua de salvação". Achava que todos os brasileiros deviam cumpri-la e amá-la e bradava: "bastam os inimigos que ela já tem e que nunca apareçam nesta Câmara, idéias que despreze alguma de suas disposições".

A legislatura de 1827, instalada em 4 de maio, elegeu Paula Sousa como presidente da Câmara dos Deputados. Tratou

então o parlamentar paulista de propor mudanças no Regimento interno, tendo em vista adaptá-lo às normas vigentes nos Parlamentos modernos. Entre as medidas pioneiras destacou-se a formação das Comissões (origem das atuais Comissões) onde grupos de deputados examinariam os projetos à luz de determinados prisma. Isso, além de dar redação adequada, viria evitar que Projetos sem interesse público fossem ao plenário. Aborrecia o deputado ituano, a freqüência da apresentação de projetos mal elaborados e inoportunos, causadores de longas e estéreis discussões e perda de tempo.

Um dos projetos mais debatidos no decorrer das sessões foi sobre a administração municipal, destacando a questão da indicação e atribuição dos Juízes de Paz. Paula Sousa apoiou uma emenda do Pe. Feijó, limitando os poderes daquelas autoridades, pois "já se mostrou que esta lei iria produzir muitos males, se passasse assim como se acha, porque iria produzir uma polfícia ainda mais feroz do que a atual". Nota-se a preocupação de Paula Sousa em defender as populações mais modestas do interior, entregues ao livre arbítrio de algumas autoridades. E advertia que os humildes não possuíam meios - caso o projeto fosse transformado em lei, sem a emenda - de se oporem aos "abusos e prepotências das autoridades". Outra emenda apoiada por Paula Sousa e apresentada pelo Pe. Feijó facultava aos Juízes de Paz, o direito de expedirem passaportes aos cidadãos, com a finalidade de, ao identificar a pessoa, evitar o livre trânsito de criminosos ou foragidos da justiça. Dizia Paula Sousa que seu objetivo na matéria era "resguardar a população ordeira dos malfetores"(Anais da Câmara, 1827, sessão de 30 de junho).

Um projeto que tratava da instrução primária e secundária foi objeto da atenção de Paula Sousa, pois que a "liberdade não consiste apenas na existência da instituição, mas também na vontade de conservá-la..."; no Brasil com mais razão, porque "apenas se inicia o conhecimento dos direitos do homem, sendo necessário difundir tais direitos por meio das luzes, frutos da instrução".

Para aumentar as rendas do orçamento, Paula Sousa propunha a melhor utilização das sesmarias, grandes propriedades improdutivas. Outra preocupação de Paula Sousa era com os gastos dos dinheiros públicos. Sobre um projeto de construção de um Observatório Astronômico no Rio de Janeiro ponderou que o Tesouro estava deficitário e levantou dúvidas sobre a necessidade da obra, pois, se "entendemos que não é de absoluta necessidade não devemos

propor despesas, dadas as circunstâncias presentes..." O que a nação mais exigia de seus representantes era a disseminação da instrução pública que "há de consumir muitos contos de réis".

Em matéria financeira, Paula Sousa defendia as prioridades nos gastos públicos para atender os benefícios às populações das províncias e não aceitava nenhuma ingerência de entidades particulares, incluindo a Igreja, quando solicitava recursos para atender despesas com festividades religiosas. Quando se discutiu o projeto sobre a fixação da força naval em tempo de paz, Paula Sousa entendia que "não havendo guerra, o contingente militar da marinha deve ser reduzido ao necessário - indicava a metade do então existente - para fiscalizar nossas costas e a navegação comercial". Ao argumento do deputado Almeida Albuquerque de que o "Brasil deve ser uma nação marítima e por ser marítima não deve diminuir as suas forças, antes aumentá-la", Paula Sousa responde que "a guerra da independência estava terminada, firmada a honra e a dignidade da nação, agora em tempo de paz, não há motivo para a alegação do deputado". E demonstrando acurado espírito cívico considerava que "em tempo de paz, a honra nacional nos obriga a não ser pródigos, obriga a não esgotarmos o já esgotado tesouro". E acrescentava: "tratemos primeiramente de amortizar as nossas dívidas, restabeleçamos o crédito público, organizemos as instituições necessárias ao bom andamento da Constituição porque não há governo representativo sem esses dados", e considerava que "devemos juntar dinheiro para coisas mais úteis (Anais da Câmara, 1827, sessão de 14 de julho).

Apresentava o deputado paulista um verdadeiro plano de bem governar, estabelecendo normas imutáveis da prática democrática. As leituras que fizera na juventude inspiradas em John Locke e nos filósofos iluministas-racionalistas franceses ressoavam pelo recinto do Parlamento na voz do liberal ituano.

Ainda no decorrer das sessões de 1827, Paula Sousa analisou dois projetos polêmicos. Na abordagem, apresentou argumentos de grande efeito, reflexos de uma fina sensibilidade pelos problemas do País. No projeto sobre o orçamento para 1828, havia uma emenda aprovada pelo Senado que aumentava em quatrocentos contos de réis, a dotação da família imperial. Paula Sousa deu voto contrário e justificou com mais uma lição daquilo que entendia como governo representativo voltado para o bem comum. Partia do princípio de que o governo devia ter como objetivo "o maior bem do maior número" e como agente de suas preocupações, a "opinião pública". E justificava

ao ocupar a tribuna: o trono constitucional "não se alia com vícios, mas nasce e se alia com a felicidade pública". Entendia que o montante dos gastos públicos deve estar de acordo com a situação das finanças do Tesouro, acrescentando que os "monarcas para serem grandes não basta fundar ou defender a liberdade, mas também querer apenas o necessário, desprezando a prodigalidade, o luxo e a pompa fútil" (Anais da Câmara, 1827, sessão de 28 de julho). Quanto a aprovação da emenda pelo Senado, ponderou que os senadores foram apressados e votaram sem conhecer bem a situação financeira do País. Na Câmara, mesmo após o parecer da Comissão de Finanças, Paula Sousa não cessava de fustigar a emenda, mantendo esperanças, até a votação, de sua rejeição, pois ela "não era digna do imortal fundador da monarquia representativa do Brasil". Utilizou de uma estratégia, aparentemente irônica, ao lembrar que a "dignidade do trono não permitia tal afronta" e advertia o plenário de que "tal soma - um total de mil contos - vai pesar muito sobre a fazenda pública, sem servir para aumentar o decoro da Câmara. Num último esforço para evitar a aprovação da emenda, Paula Sousa pediu uma reunião com o Senado para debater a matéria. Era assim que agia na defesa de seus argumentos, esgotando todos os meios de que dispunha. Quando vencido - a emenda foi aprovada por 58 votos contra 23 - recebia, serenamente a decisão da maioria e, impertubável, prosseguia atento aos projetos de interesse público.

Em matéria de gastos públicos era outra sua conduta quando logo estava em jogo o interesse das populações. Um projeto que visava atender a aflitiva situação dos nordestinos, vítimas das secas, colocou à mostra o espírito público de Paula Sousa. Nesse caso, os recursos deviam ser pródigos. Assim, na sessão de 3 de setembro é discutida a emenda de Lino Coutinho ao projeto que concedia recursos às províncias do Ceará e Rio Grande do Norte. A emenda previa a aquisição de alimentos, a preços mais baixos pelos habitantes daquelas províncias. Paula Sousa considerava simplista aquela solução. Após defender a necessidade de "aplicar todos os meios ao nosso alcance para livrar a esses nossos irmãos de tais flagelos", apontava duas soluções: por meios indiretos através da isenção de impostos sobre os gêneros e a suspensão da lei que proíbe o comércio de cabotagem feito por estrangeiros e por meios diretos,

socorros imediatos, para atender ao "número imenso de indigentes que não tem meios de comprar os mantimentos". Aconselhava Paula Sousa que, neste caso, o governo devia fornecer, gratuitamente, os mantimentos e concluía que a solução do problema "não deve ser dado com mãos mesquinhas".

Tratava-se de salvar as populações nordestinas. Paula Sousa compreendia em toda sua extensão a gravidade do problema. Novamente revela sua formação humanística e ampla visão dos problemas nacionais, além de uma preocupação constante com a sorte do homem brasileiro.

No início do terceiro ano da primeira legislatura (1828), a Câmara discutiu o problema do dinheiro em circulação no País que já provocava queda no seu valor. Paula Sousa opinava pela suspensão de qualquer emissão de moeda e a retirada da circulação do dinheiro em excesso: "como legislador não posso compreender e muito menos consentir que subsista esta casa da moeda que em tão pouco tempo tem entulhado o Brasil de tantos e tantos milhões de papel, cuja verdadeira soma só se saberá quando se recolher todo ele do mercado".

Defende a criação de uma guarda ou milícia nacional "não só pela comodidade das populações, como por motivo de segurança do Estado e de defesa do sistema de governo". Nesse aspecto, pleiteia a segurança externa, dizendo que o Brasil levantará em "armas para repelir as invasões que se pretendam contra o seu sistema, que anatematiza a Santa Aliança e que, jamais consentirá no cativo da América" (Anais da Câmara, 1828, sessão de 12 de maio). E faz a defesa do ideal panamericano: "Eu já tenho dito que nenhuma nação tem o direito de intervenção nos negócios de outra".

Em matéria religiosa, o grupo de deputados "liberais-regalistas", do qual fazia parte Paula Sousa, exigia uma reforma eclesiástica - a dissolução de costumes e a influência política no clero, eram notórios - a qual, apresentava pontos drásticos. Um deles foi o projeto apresentado na sessão de 17 de maio, que proibia a admissão, no Império, de frades (padres) estrangeiros e que recebeu uma emenda de Paula Sousa, ainda mais vigorosa, ao estender a proibição a qualquer nova Ordem ou Corporação religiosa. A alegação tinha por fundamento evitar a disseminação de "doutrinas

alheias ao nosso sistema", especialmente no meio da mocidade. Colocava-se em confronto as idéias provenientes do iluminismo do século XVIII, racionalistas e anti-clericais com a doutrina cristã de base ultramontana. Em apoio à tese de Paula Sousa, adiantou-se o Pe. Diogo Antônio Feijó ao argumentar: "Para que queremos nós esses religiosos? Para que esses frades estrangeiros? É isto uma injúria ao clero brasileiro. Que vem fazer estes estrangeiros? De que países vêm eles e quais as instituições políticas de seus países?". E responde: "vêm de governos absolutos e que tem máximas contrárias ao nosso sistema constitucional; eles não cuidam só em pregar o Evangelho, mas em pregar as máximas do sistema absoluto que abraçam" (Anais da Câmara, 1828, sessão de 17 de maio). Feijó foi mais além, apresentando um artigo adicional: "As corporações ou ordens religiosas ora existentes no Brasil ficam desligadas e independentes de toda e qualquer autoridade estrangeira".

Paula Sousa permaneceu na Câmara até o fim da terceira legislatura (1833), quando foi escolhido em lista tríplice para senador vitalício do Império. Nesse período manteve fidelidade aos princípios do pensamento político liberal. Assim, no episódio da revolução liberal de Sorocaba (1842) ficou ao lado do ex-regente Pe. Feijó, com a ressalva de não aceitar a deflagração armada, preferindo uma atitude moderada. Na verdade, "era o extremo oposto de Feijó (enérgico e resoluto), a própria mansuetude e calma, sempre à espera que o ministério caísse por si, vencido pela opinião pública" (cf. Aluisio de Almeida, "A Revolução liberal de 1842", p. 64). Quando veio o processo sobre a participação dos rebeldes, nenhuma prova foi encontrada que incriminasse Paula Sousa. Uma testemunha ouvida em Capivari (SP) afirmou que o político ituano sugeriu aos revoltosos o abandono do recurso às armas. Passada a tormenta, Paula Sousa prossegue em seu trabalho parlamentar.

Em julho de 1847 faz parte do ministério Alves Branco, permanecendo apenas um mês. Motivou o seu afastamento o inconformismo com a desarmonia entre os ministros, cada qual agindo isoladamente, sem nenhuma coordenação. Por isso mesmo, Paula Sousa achava fundamental a criação do cargo de presidente do Conselho que pudesse dar uma diretriz, coordenar uma unidade de pensamento ao ministério. Conseguiu seu desiderato quando

obteve do Imperador a criação do cargo de presidente do Conselho de Ministros, em 1848. Por decreto de 31 de maio desse ano, foi Paula Sousa escolhido para presidente do Conselho, acumulando com o cargo de Ministro da Fazenda. Permaneceu pouco tempo nessas funções, dado o agravamento de seu estado de saúde. Um pequeno mas doloroso tumor no rosto vinha minando suas energias. No dia 15 de agosto de 1851, soube que no Senado ia ser votada uma lei que sujeitava civis à jurisdição de comissões militares. Mesmo gravemente enfermo, Paula Sousa ergue-se do leito e apronta-se para se dirigir ao Senado e votar contra. Quando ia sair, soube que não haveria sessão. No dia seguinte, 16 de agosto, o País lamentava a perda de um dos seus mais diletos filhos.

O PENSAMENTO DE ALBERTO SEABRA

Geraldo Pinto RODRIGUES

Alberto Seabra foi, antes de tudo, "uma poderosa organização mental" - acentuou alhures René Thiollier, ao suceder-lhe na Academia Paulista de Letras.

Por apenas alguns tópicos respigados em suas obras - lembrou, por seu turno, a escritora Maria de Lourdes Teixeira, que ocupou na Academia, a cadeira nº 12, que por primeiro pertenceu a Seabra - "depreendemos à evidência que era ele dotado de acentuado espírito público, de uma cosmovisão realista, de extrema solidariedade humana, e daí angustiar-se ante os problemas sociais de seu tempo".

De fato, foram muitos os temas e problemas que o angustiarão e que mereceram dele, mais do que um exame atento, um apaixonado entusiasmo, um desdobrar-se permanente em busca de soluções e alvitres que lhe parecessem os mais corretos.

À guisa de reminiscência

Alberto de Mello Seabra nasceu na cidade bem paulista de Tatuf, a 5 de fevereiro de 1872, e faleceu em São Paulo, aos 62 anos de idade, a 11 de agosto de 1934. Cinco anos depois de sua morte, eu, garoto ainda, fui morar na casa de sua viúva e minha tia-avó, dona Zulmira Lebre Seabra, filha dos Condes de São Joaquim, de que sou bisneto, e que deram nome a duas ruas conhecidas de São Paulo, no bairro da Liberdade.

De minha estada de um ano na casa do grande médico paulista, guardo ainda, além de algumas lembranças de família, a recordação de minha perplexidade por sua bem montada e aparatosa biblioteca, num cômodo da residência que dava quase de frente para

a igreja de N. S. do Carmo, na rua Martiniano de Carvalho. Não sei se, então, era já conservada por inteiro (talvez não a fosse), mas nas luzidias lombadas dos volumes caprichosamente encadernados, lembro que alguns títulos de obras de medicina, de filosofia, de literatura e de ciências sociais faziam-me enrolar a língua, no esforço da leitura tatibitate. Quedava-me na curiosidade apenas de menino, sem nenhum desfrute do que me era posto ante os olhos. Só mais tarde, muito mais tarde, soube que ali havia algumas preciosidades bibliográficas - obras em português e, principalmente, em francês - que eram de fazer inveja a muitos bibliófilos. Como também só muitos anos depois vim a tomar consciência da figura notável e por muitos títulos exemplar de Alberto Seabra - o médico, o higienista, o pensador, o humanista, o paladino da justiça e da liberdade.

O médico e o filantropo

Quem dele conheceu, como eu desde criança, por ser livro de cabeceira na casa de minha avó Julieta, sua cunhada, o guia **Higiene e Tratamento Homeopático das Doenças Domésticas**, sabia-o pioneiro na seara de Hahnemann no Brasil, fundador que fora do Laboratório Paulista de Homeopatia e divulgador incansável dos ensinamentos do mestre alemão. Tendo antes se notabilizado como médico do antigo Hospício do Juqueri (hoje Hospital Franco da Rocha) e da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, além de ter sido um dos iniciadores do Instituto Pasteur, ao lado de Arnaldo Vieira de Carvalho, Bittencourt Rodrigues, Ignacio Cochrane e outros, Alberto Seabra acabou por se dedicar por completo à medicina homeopática, ao mesmo tempo que se voltou para as cogitações espirituais, filosóficas e sociais.

No desempenho de suas funções de médico de psicopatas, escreveu numerosos artigos sobre psiquiatria e psicologia patológica, insertos na "Revista Médica" e em "O Estado de S. Paulo". No "Correio Paulistano", por outro lado, alimentou acesa e inteligente polêmica com os famosos médicos Luiz Pereira Barreto e Rubião Meira, após a sua conversão à doutrina hahnemanniana e a publicação, em 1909, de **A Verdade em Medicina**. Era, então, vice-presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, cargo que, coerentemente, teve logo o cuidado de depor nas mãos de seus colegas.

Além de uma série de obras sobre os temas de sua especialidade médica, inclusive algumas campanhas memoráveis contra o alcoolismo, a sífilis e a tuberculose, no campo das Humanidades deixou também Seabra alguns livros que-lhe granjearam reputação e o levaram a ocupar, na Academia Paulista de Letras, a cadeira que tem por patrono o senador Paulo Egydio de Oliveira Carvalho. Aliás, como sócio-fundador da Academia, foi Alberto Seabra o orador oficial da solenidade de sua instalação, em 1909, quando defendeu a composição do sodalício repartida entre homens de letras e de ciências, justificando o seu lema de combate: *Pro litteris scientiisque laboramus*.

E tudo isso em meio a uma faina filantrópica que honra sobremaneira o seu nome, no atendimento diuturno e zeloso de centenas e centenas de doentes pobres, os quais ele assistia inclusive materialmente.

"É um prazer lê-lo"

Espírito inquieto e perscrutador, Seabra multiplicou a sua atividade intelectual por diversos ramos do saber humano. Foi tanto um pesquisador metódico e paciente, quanto um expositor e escritor regrado e elegante, a ponto de merecer de Medeiros e Albuquerque, então crítico literário de nomeada, a observação de que "o Dr. Alberto Seabra escreve muito bem, com grande clareza, é um prazer lê-lo". Realmente o é. Tem garra e destreza. Sobriedade e calor. Inteligência e grande poder de expressão.

Das obras que publicou, as que não pertencem ao domínio da medicina, podem ser classificadas nos campos dos estudos sócio-econômicos e da perquirição dos fenômenos psíquicos. Neste, citam-se, dentre outros, estes livros mais conhecidos: *O Problema do Além e do Destino*, *Fenômenos Psíquicos*, *Animais que Pensam*, *A Alma e o Subconsciente*. Ao falecer, escrevia um exaustivo trabalho sobre a Bíblia e Jesus, de que alguns capítulos teriam ficado concluídos. Onde se guardariam?

Do mesmo modo que foi dos primeiros a estudar no Brasil a doutrina de Freud, assim como a de Hahnemann, Alberto Seabra também foi pioneiro da ciência de Augusto Comte em nossa terra.

Constituiu-se num dos mais notáveis discípulos do Curso de Sociologia mantido nesta capital, em 1903, pelo senador Paulo Egydio, a quem substituiu após a morte deste. Do estudo e do convívio com os temas sociais, produziu trabalhos notáveis, alguns até hoje esparsos na forma de cursos e conferências, outros reunidos em volumes de apreciáveis méritos. E em razão de suas posições sempre colocadas com altivez e desassombro, não poucas vezes teve de enfrentar contendas e ataques, a que reagia com modéstia e serenidade, pois sabia que, "a valer a pena de revidarmos num pleito de vaidades, com certeza passaríamos de réus a autores". Atitude de equilíbrio e moderação que aprendera na leitura dos filósofos morais e dos espiritualistas que embasaram a sua formação cultural e humanística.

A América e o Brasil

Os problemas do Brasil e da América, tanto quanto os do Mundo e os do Espírito, despertaram-lhe frequentemente a atenção, daí resultando dois livros significativos: *Ensaio Pan-Americanos e Problemas Sul-Americanos*. Neles, Seabra faz profissão de fé pacifista, sustenta os princípios da justiça internacional, defende a reforma social, a união dos povos, o livre câmbio e a reforma tributária, assentado sobretudo nas idéias de Novicow e Henry George, seus mestres. Prega a União Continental ou União Ibero-Americana, a que deveriam aderir também a Espanha e Portugal.

Pacifista, entende que "a humanidade é um organismo solidário e que não há mal feito a um só povo que não ofenda aos outros, que interesse bem entendido e justiça são a mesma coisa". E proclama: "Quando os gênios políticos compreenderem o interesse real e não o interesse aparente de sua pátria, os Estados desarmar-se-ão".

Americanista, quer a América Latina livre de barreiras alfandegárias, associada na forma de uma federação, para se complementar e melhor se impor ao mundo. "Que prestígio político, - escreve ele - que aumento de crédito, de ordem, de segurança não irradiaremos pelo mundo com a Confederação dos Povos Ibero-Americanos." Um sonho? Talvez. Mas não temos assistido hoje em dia a tantos esforços para obviar a cooperação latino-americana, inclusive com a criação de organismos como a CEPAL, a ALALC e outros?

Em verdade, no fulcro do pensamento e das aspirações de Alberto Seabra estava "o aperfeiçoamento do indivíduo, como base de reforma social". Porque todo homem - como diz ele nos seus **Problemas Sul-Americanos** - é uma grandeza moral pela sua simples condição de homem". E para a realização de tão alevantado objetivo, via na Liberdade o pressuposto das ações tendentes a melhorar o Homem. E tanto advogava liberdade e a da comunhão de interesses, quanto a liberdade de pensamento "essencial progresso das sociedades humanas". "Livre discussão, imprensa livre, tribuna livre" - enfatizava Seabra - pois, "carentes de semelhante segurança, as sociedades se imobilizam e até retrogradam; sofrem toda sorte de opressões e estão sujeitas às maiores surpresas revolucionárias".

"Os Versos Áureos de Pitágoras"

Das obras de pensamento filosófico de Alberto Seabra, hoje raras, conservo desveladamente uma, datada de 1917 e publicada pela Seção de Obras de "**O Estado**". Pertenceu à biblioteca de um seu sobrinho, Joaquim Lebre Pinto - o tio Maninho - e de quem herdei alguns volumes vários. Trata-se de **Os Versos Áureos de Pitágoras** (Pythagoras, como então se escrevia), reprodução de uma série de conferências feitas pelo ilustre médico na Universidade de São Paulo (de que foi ele também um dos fundadores), "simples comentários, mostrando o ensino esotérico" do filósofo grego. Conta Alberto Seabra que tais versos áureos, verdadeiramente, não são de Pitágoras, e sim de Lisis, seu discípulo, "o qual prestou inestimável serviço à posteridade, salvando assim do esquecimento a doutrina esotérica do mestre". Vários autores os comentaram - diz ele ainda - destacando-se principalmente Hierocles, entre os gregos, e, entre os modernos, Fabre d'Olivet, que os traduziu para o francês. Áureos se denominam porque "os antigos prezavam o símbolo e simbolizavam no Ouro o que é incorruptível, o que é verdadeiramente belo, o que é imortal". Neles se esboça "todo o edifício da Ciência antiga", o Esoterismo, no entender de Seabra, que se contrapõe ao "saber contingente, exotérico", e cuja fonte é a "tradição milenária", que assimilamos pela intuição, e cujo objetivo é a espiritualização do Ser pelo desenvolvimento de suas forças latentes, de suas virtudes transcendentas".

Idéias e ensinamentos morais, sobretudo, eis o que encerram os **Versos Áureos**. E ao elucidá-los, Alberto Seabra dá a exata

medida de seu pensamento, da dimensão de sua moralidade e de sua nítida consciência da dignidade humana. Este, para mim, o aspecto mais significativo e mais nobre de seus entusiásticos comentários, de que ressalto duas passagens às pags. 12/13 e 36/37, acerca da tolerância e da liberdade. "Não julguemos ter o monopólio da verdade" - adverte-nos ele. E aduz: "Importa adquirir o hábito da reflexão e do exame, o que é raro". (...) "A tolerância é a virtude do homem que aprende constantemente, que se habitua à reflexão e ao exame, à crítica sincera de suas próprias idéias e opiniões, porque sabe o que há de instável nos juízos que formula, o que há de fragmentário nas verdades que alcançou".

E a Liberdade, o que é? É o "exercício da vontade". Antideterminista, Seabra acreditava na "ação do homem sobre si mesmo". No domínio principal da vontade" via a chave para a realização do "largo horizonte da auto-educação", isto é, "ter império sobre nós mesmos, governo pessoal, autonomia individual", dessa forma podendo cada um de nós organizar a vida superiormente.

Eis aqui, nestas linhas modestas e mal traçadas, meu tributo ex corde ao grande paulista, malgrado a divergência - e não foi ele próprio um apóstolo da tolerância? - de crença religiosa e a suspeição pela afinidade do parentesco.

IRRADIACIÓN DEL COMÉRCIO PLATINO ATRAVÉS DE LAS FRONTERAS DE RIO GRANDE DO SUL: 1850/1880

Lilia Inês Zanotti de MEDRANO

El desarrollo del comercio entre la Argentina y el Imperio Brasileño por el río Uruguay, adquirió características específicas, configurando em intercambio comercial donde, el contrabando y el comercio lícito eram practicados conjuntamente, con la misma intensidad y recorriendo, tal vez, el mismo camino.

La característica más relevante y significativa de estas relaciones comerciales fue la estrecha vinculación mercantil que se estableció entre la provincia brasileña de Rio Grande do Sul, las provincias argentinas de Corrientes y Entre Ríos y los puertos de Montevideo y Buenos Aires.

Tal particularidad ya había sido observada por el viajero francés Avê-Lallemant¹ quien llamaba la atención para el hecho de haber una gran influencia "española" - referindose a los habitantes de los países vecinos - no solo en su vida, lengua y costumbres, como también, en sus relaciones de comercio con Buenos Aires y Montevideo. Esta estrecha relación chegaba al punto de que las cartas para Europa, o mismo para Rio de Janeiro eran enviadas desde Uruguayana para Paysandú, (Estado Oriental) o Buenos Aires y no por tierra para el puerto de Rio Grande en el litoral riograndense.

En el decenio de 1850, Uruguayana era una pequeña ciudad que, según este viajero, no poseía más de 2.000 habitantes, manifestandose en todos los lugares la más viva actividad comercial. Comerciantes franceses, en su mayoría, alemanes y españoles (argentinos y uruguayos) daban una característica típica a la ciudad. Se hablaba

(1) Avê. Lallemant, R. Viagem ao Sul do Brasil no ano de 1858. 1ª parte. Trad. INL da edição de Leipzig de 1859, RJ., 1953, p. 290.

frecüentemente español y por ese motivo parecia mais una ciudad hispano-francesa, que brasileña. Uruguayos y argentinos, provenientes de Montevideo y Buenos Aires, fueron elementos de gran influencia en la vida social, lenguaje y costumbres de Uruguayana. En sus relaciones de vida y comercio, parecia apoyarse más en Montevideo y Buenos Aires, que en Porto Alegre o Rio Grande.²

Desde 1842, la ciudad fué recibiendo uruguayos y argentinos que huian por las fronteras a las persecuciones de Rosas, Gobernador de Buenos Aires. Después de 1852, algunos regresaron a la Confederación Argentina, pero muchos también se quedaron y se establecieron definitivamente en la ciudad.

Este panorama que nos describe el viajero francés, se extiende también a otras poblaciones riberinas del rio Uruguay. Asi, San Patricio de Itaqui, situada en la márgen izquierda del rio Uruguay, frontera a la población argentina de Alvear, tenia características similares a Uruguayana, sobretudo en su vida social y comercial.

Su población calculada alrededor de 3 mil habitantes em 1883 y cujo municipio chegaba a aproximadamente 16 mil habitantes, estaba compuesto en general, de campos casi exclusivamente dedicados a la granadería e invernada del ganado vacuno, con exportaciones para los saladeros de la ciudad de Pelotas³.

Las comunicaciones fluviales con los países del Plata, eran desde Itaqui, mucho más fáciles y rápidas que las terrestres con la mayoría de los puertos de la província, en el litoral, inclusive con la capital del Imperio, Rio de Janeiro. El comercio se abastecia directamente de las plazas de Montevideo y Buenos Aires, por el rio Uruguay. De la misma forma, São Borja, no dejó de establecer con el Plata sólidas actividades mercantiles.

Las características señaladas por este mismo viajero Avê-Lallemant sobre todas las poblaciones del rio Uruguay nos llevaran a un cuestionamiento: porque preferian vincularse con las ciudades argentinas y uruguayas del Plata? Qual era el atractivo que estas ciudades ejercían para los comerciantes y, de un modo general, para los habitantes de la provincia riograndense de esa región fronteriza?

(2) Ibid. p. 291.

(3) - ALMEIDA E SÁ, L. de França. Itaqui, RJ, IHGB., Tomo 51, p. 87/88.

El historiador brasileño Arthur Ferreira Filho⁴, señala que los comerciantes de Rio Grande do Sul preferían enviar las mercaderías a través del río Uruguay hasta los mercados platinos, a enfrentar las dificultades que presentaba la navegación en el puerto de Rio Grande. Según este autor, este puerto iba perdiendo rápidamente su profundidad debido a los depósitos de arena en el lecho del canal, sin que las autoridades provinciales tomaran las medidas necesarias para hacer una mejor utilización de este importante puerto marítimo, en realidad, el único de la provincia riograndense en la época.

Esta deficiencia del puerto de Rio Grande para atender a las exigencias del comercio y de la navegación, fué, efectivamente uno de los factores que llevó a los comerciantes brasileiros de Rio Grande do Sul, a establecer sus relaciones comerciales con los puertos del Plata, utilizando el río Uruguay, pero, no es suficiente para explicar el desarrollo y la consolidación del comercio por esta vía de comunicación fluvial.

Por eso, una respuesta más completa a nuestras indagaciones debe ser procurada en los mecanismos de ese comercio. Ya que, esos mecanismos ofrecieron los elementos que permitieron establecer relaciones sólidas y duraderas entre la provincia riograndense y los puertos uruguayos y argentinos del Plata, en la segunda mitad del siglo XIX.

El ejé de ese mecanismo fue el comercio de tránsito libre en los territorios vecinos, constituido por todas las mercaderías que, procedentes del exterior y por medio de reembarcos, transbordos o permisos de embarque directo, transitaban por el territorio uruguayo e argentino, para salir del país, rumbo a los países fronterizos.

Bajo el amparo de las facilidades ofrecidas por el comercio de tránsito libre, se establecieron las relaciones comerciales, donde el comercio lícito y el contrabando, conjuntamente, ejercieron e irradiaron su influencia hasta las poblaciones de una amplia área de Rio Grande do Sul, desde los puertos de Montevideo e Buenos Aires, hasta los puertos intermediarios sobre el río Uruguay.

Así, el comercio fué regularmente practicado, mediante una flota de relativa densidad, integrada por embarcaciones pequeñas que navegaban o por el río Uruguay vinculando, en forma ascendente,

(4) - FERREIRA Fº, A. História do Rio Grande do Sul, 1503-1964, 3ª ed., RJ., 1964.

los puertos de Buenos Aires, Gualaguaychú, Concepción del Uruguay, Salto, Concordia, Federación, Monte Caseros, Restauración, Alvear y Santo Tomé (Argentina) a los puertos de Uruguayana, Itaqui y São Borja, en la provincia brasileña de Rio Grande do Sul. De la misma forma, los puertos de Montevideo, Paysandú, Salto Oriental, Santa Rosa y Constitución, pertenientes a la República Oriental del Uruguay, estaban totalmente integrados al comercio y contrabando con la provincia brasileña.

Restauración (hoy Paso de los Libres) era el puerto tributario del comercio que subía por el río Uruguay rumbo al Brasil. Llegaban a este puerto, grandes cantidades de productos de fabricación europea: ponchos de manufactura inglesa, tejidos de algodón, seda y lana, así como toda clase de artículos de uso casero eran diariamente desembarcados en Restauración, destinados a los depósitos locales, pero esperando la oportunidad para ser transportados en los "botes del tráfico", como era llamada esta numerosa flota de pequeñas embarcaciones, para Uruguayana, Itaqui y San Borja.

La presencia de productos de origen europeo provenientes de ultramar por los puertos de Montevideo y Buenos Aires, y la organización de este comercio a través de los diversos puertos fluviales, revelan la importancia de las fronteras para el comercio entre los dos países. Revelan, también, la dependencia de la provincia brasileña con el puerto de Montevideo, Buenos Aires e otros intermediarios, entre los cuales se destacan los puertos argentinos de Federación, Concordia y Restauración y el de Uruguayana, en el Brasil.

Así, según testimonio de las autoridades de Uruguayana en 1863, esas mercaderías entraban por contrabando o por los medios legales, siendo destinadas a los municipios de Alegrete, San Borja y a la frontera del Quaraim. Por Itaqui, también entraban muchos productos que eran distribuidos a los municipios de Cruz Alta y Paso Fundo, donde eran canjeados por yerba mate que posteriormente era conducida al puerto de Itaqui y despachada a los mercados de la Confederación Argentina y República Oriental del Uruguay.

Uruguayana, también irradiaba su influencia comercial, hasta São Gabriel, Santa Maria da Boca do Monte, Caçapava e Cachoeira. De esta forma, más de la mitad de la campaña riograndense se beneficiaba con el comercio realizado através del rio Uruguay.

Las mercaderías que faltaban en la provincia, muchas veces productos nacionales, eran buscados por los comerciantes de Alegrete, São Borja, Itaqui, Uruguayana, en Restauración, Concordia, Salto Oriental, Buenos Aires, Montevideo, propiciando una amplia integración mercantil através de sus fronteras fluviales, donde, un comercio triangular - Buenos Aires, Montevideo, Rio Grande do Sul - fué realizado con éxito durante la segunda mitad del siglo XIX.

En relación a la exportación de la provincia de Rio Grande do Sul para los mercados platinos, constatamos que básicamente la mercadería que por varias décadas sustentó la economía riograndense, fué la yerba mate. Este producto nacía espontáneamente y su cultura no exigía grandes esfuerzos ni el empleo de vastos capitales. Sin embargo, la inexistencia de fiscalización y sobretodo el fraude cometido en su fabricación la colocaban como un producto de inferior calidad en los mercados platinos.

No obstante, apesar de las deficiencias técnicas de su elaboración, la yerba mate fue el primer producto de exportación de la provincia, cuyos destinos eran, principalmente Uruguay y la provincia de Entre Rios, en la Confederación Argentina⁵. Al mercado de Buenos Aires raramente llegava yerba mate riograndense por la via fluvial, donde habia preferencia por la yerba mate paraguaya. Sin embargo, existian algunos establecimientos que trabajaban en la elaboración del producto y exportaban exclusivamente para los mercados porteños. Fue el caso de la importante fábrica de Benjamin Martinez de Hoz, montada en la capital de la provincia - Porto Alegre - para beneficiar la yerba mate. Según informes obtenidos en los Relatorios Provinciales de Rio Grande do Sul⁶, la fábrica exportó para Buenos Aires, em 1859, 26.486 arrobas y en 1860, de enero a agosto, 15.687 arrobas con el mismo destino.

(5) - Consulado Argentino en Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1857. (manuscrito).

(6) Relatório do Presidente da Província de Rio Grande do Sul, 1861

También la yerba mate de Rio Grande do Sul era exportada por los puertos de Uruguayana, Itaqui y San Borja, sobre el rio Uruguay, y por esta via fluvial llegaba a Concepción del Uruguay, o Concordia, en la provincia de Entre Rios, para ser consumida en las poblaciones locales.

El Cónsul Brasileño en Buenos Aires - João Carlos Pereira Pinto - aconsejaba en la década de 1850, el fomento de la navegación directa entre San Borja e Itaqui con Buenos Aires, para que los comerciantes de yerba mate pudiesen establecer vinculación directa con ese puerto. Esta medida permitiría aumentar el comercio de Rio Grande do Sul con Buenos Aires, evitando así, el enorme contrabando que se realizaba por las fronteras de esa provincia con los productos que iban destinados a aquella provincia brasileña, bien como de esta para la Confederación Argentina⁷.

Como decíamos anteriormente, la yerba mate fué el principal producto de exportación de la provincia para los pueblos platinos. La exportación de ese producto en todo el Império fué, en el año financiero de 1854/1855, de 857:000\$000. De ese total, la aduana de Uruguayana exportó 117:000\$000 o sea la séptima parte del valor de las exportaciones del Imperio Brasileño. Em 1859, ese valor subió para 456:000\$000. Si en los primeros años de la década de 1850 se exportó alrededor de 34.584 arrobas de yerba mate, ya en el año de 1857 la exportación fué de 200.000 arrobas (enviadas por Itaqui y Uruguayana); en 1858, de 188.000 arrobas; em 1859 de 113.000 arrobas y en el período de 1859/60, de 117.000 arrobas. Estas cantidades significam un termino medio de 385.000 arrobas exportadas desde 1855 hasta 1860 por la aduana de Uruguayana, correspondiendo a una tercera parte de la yerba mate exportada por todas las provincias productoras del Império, con destino al Rio de la Plata⁸.

La exportación de yerba mate realizada por Uruguayana superaba, así, a la que salía con el mismo destino por los puertos del litoral atlántico - Porto Alegre y Rio Grande - cuyas exportaciones

(7) - Consultado Geral do Brasil em Buenos Aires, 2 de novembro de 1852.

(8) - ACD, Sessão de 9 de agosto de 1861, p. 130.

fueron en 1854/55 de 27.978 arrobas por Rio Grande y 2.136 1/2 arrobas por Porto Alegre. Em 1855/56 salieron por el primero, 27.338 arrobas y 11.277 por el segundo; en el periodo 1856/57, 21.552 arrobas por Rio Grande y 17.526 arrobas por Porto Alegre y finalmente, em 1857/58, fueron exportadas 19.919 arrobas por Rio Grande y 16.903 arrobas por el puerto de Porto Alegre con destino al Plata.⁹

La utilización del rio Uruguay, después de su abertura al comercio extranjero (1852), habia, sin duda, facilitado las exportaciones de yerba mate para los países vecinos, cuatuplicando en seis años (de 1854 a 1860) la exportación por la aduana de Uruguayana e intensificando el comercio a través de sus fronteras fluviales.

De la misma forma, el comercio de importación de los puertos de Buenos Aires y Montevideo, por esa aduana, adquirió connotaciones hasta entonces desconocidas. Las actividades comerciales, tanto de importación como de exportación, proporcionaron una intensa movilización en las fronteras de Rio Grande do Sul, consolidando el comercio legal e ilegal con los principales centros mercantiles del Plata.

La movimentación de este intenso comercio, puede ser observada en los datos que presentamos en la Tabla n° 1, donde constan los valores de las importaciones y de las exportaciones de y para el Rio de la Plata, en el período 1850-1880.

Por esos datos podemos observar que, si por un lado, las exportaciones de la provincia fueron constantes y regulares, por el otro, las importaciones superaron en valor \$ reales a las primeras en diversos períodos financieros. Lo que demuestra el incremento que tomó ese comercio importador con los grandes centros

(9) - Relatório do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, 1859.

Tabela 1. Importações e Exportações para o Rio da Prata Alfândega de Uruguiana - Período: 1850 - 1880

ANO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1850 - 51	46:737\$000	48:724\$000
1851 - 52	64:282\$000	47:039\$000
1852 - 53	116:078\$000	68:468\$000
1853 - 54	103:847\$000	75:168\$000
1854 - 55	110:086\$000	130:597\$000
1855 - 56	296:990\$000	149:786\$000
1856 - 57	465:046\$000	394:813\$000
1857 - 58	748:373\$000	295:045\$000
1858 - 59	448:856\$000	614:731\$000
1859 - 60	456:245\$000	415:498\$000
1860 - 61	397:847\$000	282:977\$000
1861 - 62	176:055\$000	422:965\$000
1862 - 63	-	168:795\$000
1863 - 64	125:134\$000	107:405\$000
1864 - 65	229:215\$000	277:878\$000
1865 - 66	236:413\$000	321:420\$000
1866 - 67	812:594\$000	142:596\$000
1867 - 68	586:446\$000	147:005\$000
1868 - 69	-	-
1869 - 70	606:137\$000	104:865\$000
1870 - 71	281:859\$000	111:616\$000
1871 - 72	672:490\$000	197:743\$000
1872 - 73	142:594\$000	18:004\$000
1873 - 74	130:235\$000	13:676\$000
1874 - 75	166:385\$000	10:039\$000
1875 - 76	183:879\$000	8:706\$000
1876 - 77	-	-
1877 - 78	-	-
1878 - 79	1.195.655\$000	213:684\$000
1879 - 80	957:572\$000	95:806\$000
1880 - 81	481:737\$000	77:437\$000

Fonte: Relatórios apresentados pelos Presidentes da Província do Rio Grande do Sul à Assembléia Provincial..., 1850-1870. Biblioteca Nacional, R.J.

mercantiles platinos - Montevideo y Buenos Aires - reflejo, por su vez, del dinamismo que el comercio internacional cobraba en ambas margenes del Plata y que se irradiaba hasta el interior riograndense a través de sus fronteras fluviales, donde, el rio Uruguay, fué la via privilegiada de varios decenios para la vinculación comercial entre los dos países y el comercio de ultramar.

Em relación a las exportaciones, que reflejan en gran parte las ventas de yerba mate a los pueblos platinos, observamos una decadencia del mismo a partir del período financiero 1873/74, que debe ser atribuido a los perjuicios ocasionados al comercio directo de yerba mate, cuando los comerciantes importadores de Montevideo y Buenos Aires, obtuvieron los privilegios aduaneros para la importación de la yerba mate procedente del Brasil.

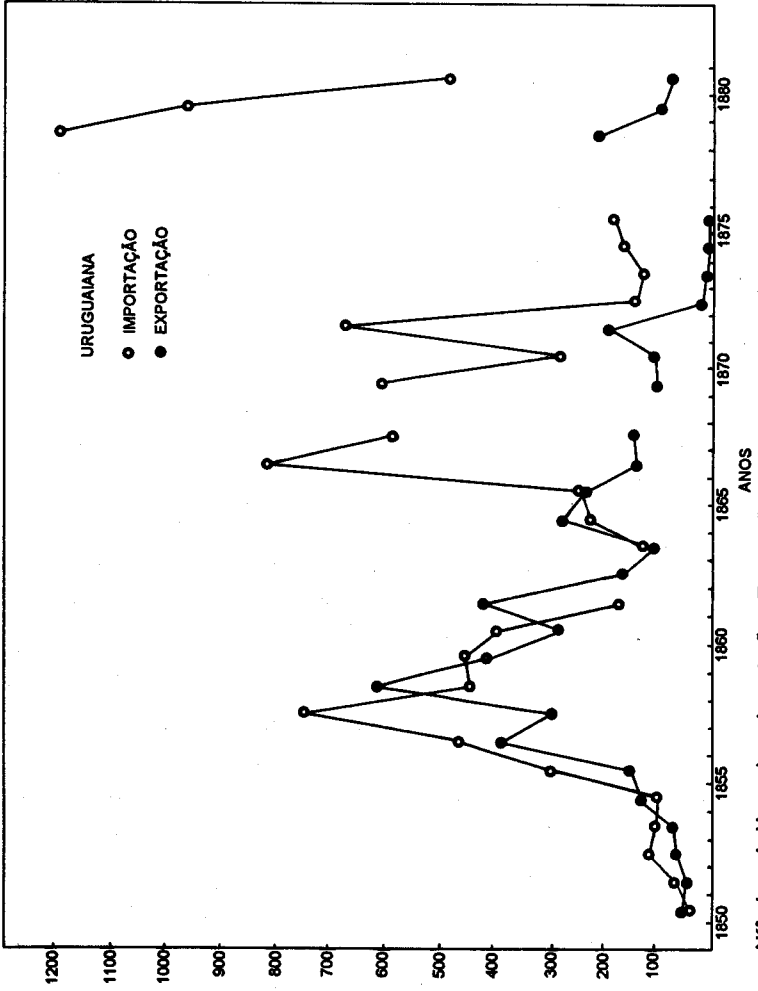
Por otro lado, las medidas proteccionistas argentinas, incentivando el cultivo de la materia prima en el país, provocaron una crisis de superproducción en el Brasil, afectando directamente las exportaciones de yerba mate para Uruguay y Argentina, sus principales consumidores.

Pero hasta esa fecha, la exportación de la yerba mate, de Rio Grande do Sul propició la utilización económica del rio Uruguay estrechando así, los lazos comerciales a través de ese rio, con sus mercados naturales que eran los países platinos.

El comercio de importación, sin embargo, revestió de características específicas a las fronteras riograndenses, demostrando de qué forma la provincia de Rio Grande do Sul se mantuvo dependiente de los mercados de Buenos Aires y Montevideo para el abastecimiento de productos manufacturados. Estos dos grandes puertos platinos, donde se concentraba una gran actividad comercial vinculada al capitalismo internacional, irradiaron su dinamismo hasta una amplia zona de los territorios argentino, uruguayo y brasileño, favorecidos por la navegación de los rios de la Cuenca del Plata.

Este dinamismo y esa influencia comercial se interiorizaron en el territorio brasileño por la via fluvial. Así, la frontera de Rio Grande do Sul, especialmente através de la aduana

GRÁFICO Nº 1



Alfândega de Uruguiana: Importação e Exportação

de Uruguayana y, en menor escala Itaqui y San Borja, canalizó todo el flujo de mercaderías importadas de ultramar para su interior, fomentando por esta vía fluvial, su vinculación al comercio internacional, en la segunda mitad del siglo XIX.

En este sentido, la importancia del capital mercantil fué relevante, ya que condicionó el abastecimiento de esta provincia brasileña por las vías fluviales platinas hasta el final del siglo XIX, postergando, por muchos años, su integración con el interior brasileño.

Pero, también fué importante el papel desempeñado por los comerciantes, intermediarios y contrabandistas, o sea de un modo general los agentes del comercio, que propiciaron una intensa movilidad fronteriza y la integración comercial entre ambos países, contribuyendo para la formación de una unidad cultural en la faja fronteriza de los tres países.

Por otro lado, debemos reconocer que sin el apoyo de los mismos, no hubiera sido posible establecer la adecuada conexión entre demanda internacional y producciones locales e regionales.

De ahí proviene, entonces, la importancia que atribuimos a los agentes del comercio entre los puertos de Buenos Aires y Montevideo con la provincia brasileña de Rio Grande do Sul, no solo porque en esas fronteras se nos presentan como figuras de dimensiones locales, donde una relación personalizada, probablemente predominó, sino también porque proporcionaron los elementos vivos de la interpenetración regional. Dieron vida y dinamismo a las fronteras fluviales donde los ríos - base física para sus actividades mercantiles - en vez de separar, actuaron como el hilo conductor de los intereses recíprocos.

O MILAGRE DO CARIRI E O ENIGMA DO PADRE CÍCERO

Enéas ATHANÁZIO

Mesmo caminhando debaixo de um sol calcinante e com as solas dos sapatos ameaçando derreter no calor das calçadas, meu amigo Napoleão Tavares Neves, médico na cidade de Barbalha, gosta de fazer frases. "Assim como o Egito é uma dádiva do Nilo, - diz ele, enquanto percorremos a Rua do Vidéo - o Vale do Cariri é uma dádiva da Chapada do Araripe." Ele aponta para a mancha azulada no horizonte, onde se eleva a grande floresta que conserva a umidade necessária para manter o verdor da região, verdadeiro oásis no Sertão cearense, onde se desenvolvem cidades do porte do Crato e Juazeiro do Norte.

Além de ter sido premiado pela natureza, o Vale do Cariri, cujo nome deriva dos índios que o habitavam, é o palco de um dos mais curiosos fenômenos de misticismo popular de que se tem notícia, objeto de permanentes estudos e de uma bibliografia que supera os duzentos títulos, inclusive estrangeiros e assinados por grandes brazilianists. E que também alimenta uma polêmica sem fim.

Tudo começou em 1872, quando fixou residência no povoado do Juazeiro, pobre arruado onde imperavam a miséria e a violência, o jovem Padre Cícero Romão Batista (1844/1934), então com 28 anos de idade. Nomeado capelão da capela de Nossa Senhora das Dores, desenvolveu intensa atividade social e religiosa, restabelecendo "a ordem e os bons costumes do ambiente, acabando pessoalmente com os excessos de vadiagem e bebedeira que se disseminavam no lugar", como escreveu o historiador Daniel Walker. Austero, rigoroso e frugal, falando a linguagem do povo local, Padre Cícero não tardou a se revelar o líder nato que era. Aconselhando, orientando e, acima

de tudo, apaziguando, sua "presença naquele lugarejo representava uma grande esperança de mudança", segundo anotou aquele escritor. E realmente, o povoado e a região começaram a sentir os primeiros bafejos do progresso.

Mas o destino do novo pároco lhe reservava uma surpresa que o marcaria por toda a vida e até mesmo muito depois dela. Em 6 de março de 1889, ao ser ministrada a comunhão à "beata leiga" Maria de Araújo, ela não pôde engolir a hóstia porque se transformou numa substância hematóide de cor vermelha, isto é, em sangue. O fato se repetiu diversas vezes na presença do público e foi testemunhado por padres, médicos e um farmacêutico. Não encontrando explicação científica, a ocorrência foi considerada sobrenatural. Era o milagre do Juazeiro.

Embora mantido em segredo no princípio, o estranho acontecimento ganhou a boca do povo, foi explorado pela imprensa e acabou proclamado em público pelo Monsenhor Francisco Monteiro, reitor do Seminário do Crato. Começaram, então, as romarias dos fiéis, cada vez maiores, e que se repetem até hoje, levando a Juazeiro do Norte milhares de pessoas. Nascia a "religião popular" a que aludiu o brazilianist Ralph Della Cava e a onda de fanatismo religioso que culminariam com a excomunhão do próprio Padre Cícero. "Maria de Araújo torna-se santa, as outras beatas o veículo de propagação do novo mistério. Anunciam para o povo que aflui a Juazeiro o testemunho do aparecimento do sangue nas hóstias, dos diálogos da santa com Jesus e Maria Santíssima, propalam a divindade do Padre Cícero e chegam ao ponto de falsificar milagres que consistiam no sangramento de crucifixos e hóstias sangrando, conversas com santos, o anunciar de um novo mistério e, ainda, profecias apocalípticas para redimir e/ou punir os pecadores"- escreveu Renato Dantas.

Diante de tal histeria, o bispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira, já irritado com aquilo tudo e temeroso da formação de uma "Igreja dentro da Igreja", nomeia duas comissões de inquérito para averiguarem os fatos. A primeira delas, para sua surpresa, concluiu pela procedência dos milagres. A segunda, depois de fazer a "beata" Maria de Araújo comungar por três dias consecutivos na presença de testemunhas, sem que nada de anormal acontecesse, concluiu pela falsidade dos milagres. Muitos padres e "beatas" se retrataram, retirando afirmações anteriores.

Com o encerramento do segundo inquérito começam os padecimentos do Padre Cícero. Segundo o historiador Padre Neri Feitosa, nunca um religioso recebeu tantas e tão pesadas punições, submetendo-se humildemente a todas elas. Sofreu 16 "censuras", entre elas a proibição de benzer, de receber visitas, de celebrar missas, de dar a comunhão e até de falar com as pessoas de casa! Como se isso não bastasse, foi compelido a desmentir-se em público mais de uma vez, exilar-se de sua paróquia e, naturalmente, o fecho da excomunhão. Inconformado com isso, lutou até a morte para reaver suas ordens, sem qualquer sucesso.

Convencido de que não as recuperaria, entra o Padre Cícero num inevitável processo de "coronelização". Assessorado pelo médico baiano e rábula Floro Bartolomeu da Costa, seu lugar-tenente, conseguiu criar o município do Juazeiro, desmembrado do Crato, e se elegeu, sucessivamente, prefeito, 3º e depois 1º Vice-Presidente do Estado, e deputado federal, cargo que não assumiu. Consegue amealhar grande fortuna, integrada por inúmeros imóveis e outros bens, que testaria na quase totalidade à ordem religiosa de que fizera parte.

Juazeiro do Norte, a sua cidade, se transformou em santuário. Ele a desejava festiva, alegre, descontraída. Que fosse "um lugar de refúgio e um colo materno para os desvalidos da sorte e oprimidos pela prepotência dos gananciosos", que fosse "um refúgio dos naufragos da vida", relata Neri Feitosa. O povo simples retribuiu e cada vez mais reverencia sua memória. A cidade chega a receber 50 mil romeiros em certas épocas do ano e os milagres atribuídos ao Padre Cícero contam-se aos milhares, atestados nos locais de guarda dos ex-votos. Como disse Nelson Barbalho, ele é o "santo padrinho de todo nordestino lascado da vida que não tem a quem apelar." Os cantadores e violeiros não se cansam de celebrá-los em versos e os "causos" sobre ele são incontáveis.

Em sua homenagem a cidade erigiu o Memorial que conserva o acervo que lhe pertencia (objetos pessoais, fotos, documentos, livros, folhetos, etc.) e o Monumento do Horto, o terceiro maior do mundo e o segundo do Brasil, onde os crentes não param de chegar, vindos de toda parte, nas mais precárias condições de saúde, movidos por uma fé inabalável.

Desde sua entrada em cena, o Padre Cícero vem provocando discussões intermináveis. Existe toda uma bibliografia "pró" e

"contra", as pessoas se posicionam na acusação ou na defesa. Para Rui Barbosa, por exemplo, ele foi um "sacerdote precito, que trocou o verbo de Cristo na palavra da guerra fratricida" e para Euclides da Cunha foi "um heresiarca sinistro"; mas para o filósofo Huberto Rohden "Padre Cícero foi um homem de oração - e isto explica tudo" e para D. Hélder Câmara "santo ele era." Seus adversários o acusaram, entre outras coisas, de fazer revolução armada, de colaborar com Antônio Conselheiro, de Canudos, de se relacionar com Lampião, de tentar subornar cardeais, de cometer profanações e por aí a fora. Mas os defensores, por seu lado, argumentam que ele, embora rico, sempre viveu frugalmente, usando a fortuna em favor dos pobres, fez voto de virgindade e manteve-se casto durante toda a vida, nunca tendo "vivido de portas a dentro" com alguma mulher, como era comum, pacificou e civilizou o Cariri, aceitou sem revolta as severas punições e, acima de tudo, o fato de ter legado todos seus bens à congregação a que pertenceu. Ele próprio, em seu testamento, negou com ênfase qualquer participação em revoluções ou atos violentos.

Em novembro do ano passado, na companhia do Prof. João Fernando Maciel, de Caruaru, estive em Juazeiro do Norte. Testemunhei, então, as mais comoventes e curiosas manifestações de fé. As procissões de beatos, vestidos em trajes apropriados, ainda que modestos, subindo a Serra do Horto, entoando cantos ao ritmo de tambores; pessoas andando de joelhos ou carregando doentes no pagamento de promessas; rezadores isolados ou em grupos, barulhentos ou balbuciantes, em busca de uma graça; aqueles que colocam fotos, muletas, aparelhos de prótese e coisas do gênero nos locais a isso destinados; as velas acesas, as imagens muito procuradas, os livros e folhetos que são levados para longe. E até mesmo o romeiro bizarro, que, segundo contam, subiu pelos botões do Monumento e lá do alto, caminhando sobre a mão da estátua, entoava cantos e rezas.

Indiferente à controvérsia, seguro na sua crença, o romeiro reverencia o seu "santo" e se agarra ao "padrinho" nos momentos de desgraça. E lá retorna sempre, para pedir ou agradecer, cada vez em maior número. Embora perseguida e combatida há mais de um século, a religião popular do Padre Cícero cresce e se fortalece sem cessar. É mais uma confirmação do que disse Monteiro Lobato - fé combatida é fé vitoriosa.

CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA INDEPENDÊNCIA À REPÚBLICA

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Apesar dos oitenta e tantos anos do desaparecimento de Euclides da Cunha, cujo destino foi tão perturbado pela fatalidade, cremos sempre oportuno revermos aspectos de sua vasta produção. Assim, embora modestamente, por não sermos especialista euclidiana, antes apenas uma estudiosa dele, é que analisamos neste trabalho um dos aspectos da obra de Euclides, desse Euclides que foi defensor dos humildes, desse Euclides humanista, desse Euclides arredo e silencioso, desse Euclides que apaixonadamente amou a República, embora cedo se desiludisse com os homens que a forjaram, desse Euclides de vida muito modesta, desse Euclides que não teve emprego seguro que afastasse de seu espírito os problemas de subsistência própria e da família, desse Euclides amigo do povo, desse Euclides que em São José do Rio Pardo fundou o partido socialista e redigiu-lhe um programa que ele mesmo palmilhou, desse grande Euclides que, como ele mesmo escreveu, e com muita propriedade, "o que apelidamos grande homem é sempre alguém que tem a ventura de transfigurar a fraqueza individual, compondo-a com as forças infinitas da humanidade".

Assim, de sua produção mais alentada - *Os Sertões, À Margem da História, Contrastes e Confrontos e Peru versus Bolívia* - deter-nos-emos apenas em *À Margem da História* ou, melhor dizendo, numa das poucas e melhores sínteses até hoje elaboradas sobre a história do Império, escrita em São José do Rio Pardo, e que, a nosso ver, mereceria uma edição avulsa para ter maior individualidade, uma vez que, inclusa numa revista ou num livro de variedades, muitos poderão não ficar sabendo da existência desse estudo. E justamente pelo valor de que ele se reveste é que julgamos oportuno apresentar um "compte rendu" do mesmo.

À Margem da História é livro que reúne escritos publicados em diferentes ocasiões, vários deles versando sobre a Amazônia, sobre viação sul-americana, sobre problemas do Prata, intercalando-se entre eles, com o título geral de "Esboço de História Política", o ensaio intitulado **Da Independência à República**, publicado originalmente em "O Estado de S. Paulo", em 1900 e, depois, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 69, parte 2ª, p. 5-71, em 1908. Quanto à primeira edição de **À Margem da História**, data de 1909 (Porto, Editora Lello), tendo saído um mês apenas após a morte do autor.

Pode até parecer estranho a alguns que, numa época de tanta teorização em torno da História, se possa ainda ler e até sugerir a publicação, em separado, de um trabalho como esse, tão singelo, tão desvestido de teorias, que apenas apela para o passado, procurando fazer uma história como realmente ela foi e não como o autor gostaria que ela tivesse sido. E isso nos parece poderá ser interessante a todos, no sentido de verem um passado recente, tendo uma idéia ainda que sumária do que foi esse passado e do que ele representa em relação à nossa situação atual.

Nossa intenção foi dar destaque a um tópico apenas desse interessante estudo, simplesmente com o intuito de que nos apercebamos de como Euclides tratou os temas históricos.

Constatamos, de início, que, ao longo **Da Independência à República**, Euclides acreditava que toda mudança social caminhava no sentido de que na evolução histórica os ideais de justiça, direito, liberdade, reformas igualitárias, sugestões políticas, passavam infalivelmente do simples período de meditação ou de reflexão à prática, e desta maneira todos teriam uma missão a cumprir. No instante em que a organização político-econômica começava a não consorciar-se com as necessidades éticas e intelectuais da sociedade, esta, forçosamente, subdividia-se em dois grupos que travavam guerra recíproca: seria a força da conservação e a tendência à renovação.

Coloca-nos o autor, logo às primeiras páginas, um retrospecto da história brasileira até a Independência, como que para servir de introdução ao seu trabalho. Assim, a problemática da transferência da corte portuguesa, as principais realizações de D. João VI, um apanhado embora um pouco apressado sobre a cultura brasileira do

período, as crises políticas até 1820, a revolução do Porto, tudo é alinhado preparando um quadro amplo para analisar o Brasil independente, onde começa por oferecer as primeiras notícias depois de consumada a Independência, indo desde a Assembléia Constituinte, passando pela análise da Constituição de 1824 e, a partir de então, fazendo a crônica política do Primeiro Reinado, dando aí significativa ênfase à cultura brasileira, citando o que de mais importante foi escrito durante o século XIX, o que não deixa de ser raro, uma vez que, na época, quase ninguém era afeito à reflexão e à crítica, até porque a própria linha historiográfica de então, assentada apenas em fatos, oferecia uma história explicativa, bem dentro dos parâmetros da escola positivista. A formação de Euclides, embora não fugindo dessa linha, deu-lhe, todavia, uma perspectiva bem mais ampla que a de muitos de sua geração, o que acabou, naturalmente, por transformá-lo num escritor de fôlego.

Assim, é vigorosa a sua análise principalmente nas últimas páginas, quando aponta o período das grandes transformações pelas quais atravessara o país, já fora do controle monárquico. Claro que a influência positivista e mais sensivelmente a spenceriana se tornou evidente nesse comentário, onde a visão universalista e prospectiva do homem e de sua história se fazem presentes. Se não vejamos: "As nossas fases sociais tinham-se desdobrado com um ritmo perfeito, onde a dispersão e convergência sucessivas e alternadas dos acontecimentos denunciavam ao mais incurioso espírito o rigorismo inflexível de uma lei natural da vida"

Ademais, não nos podemos esquecer de que Euclides da Cunha foi o primeiro a elaborar uma teoria interpretativa da sociedade brasileira e de sua nacionalização, ou seja a célebre distinção entre um Brasil progressista, das cidades litorâneas, e um Brasil arcaico, do interior do país.

O movimento do campo para a cidade, a independência política do país, as idéias novas de filosofias alienígenas, as sementes e a fermentação do positivismo, do cientificismo de Spencer e Darwin, acrescentara, à inteligência do engenheiro-jornalista colorações diferentes se não opostas às do latifúndio e do coronelismo, fazendo com que as diferenças e oposições sintetizassem-se na idéia de República, que ele muito bem compreendeu, chegando mesmo a afirmar que a República "não poderia ser mais uma surpresa", acrescentando que "a propaganda republicana fizera-se por si mesma",

abrindo perspectiva às reformas intransferíveis. No fundo, entre outras aspirações, almejava Euclides que a República elevasse o caráter nacional brasileiro, que formasse o verdadeiro cidadão, que desse condições dignas de sobrevivência ao povo, enfim, uma sociedade onde proprietários e trabalhadores convivessem em perfeita harmonia. Nesse momento cremos que rompera definitivamente com a ideologia positivista na qual se formara, quando chegou a reconhecer o egoísmo da sociedade capitalista, propondo a socialização dos meios de produção, convicto que estava de que seriam apenas as atividades conscientes dos homens que poderiam acelerar ou retardar a marcha da evolução social.

Nesse crescente amadurecimento foi que conseguiu analisar e compreender a inoperância e a falta de significado dos partidos políticos brasileiros naquela fase transicional, pois, como dizia "existiam pela força da inércia". Nessa mesma linha é que também afirmaria que "a estabilidade da monarquia brasileira fora momentânea, porque ia derivando ao som da correnteza democrática", o que o levou a concluir que "a revolução já estava feita", no sentido de que ela transcendeu aos acontecimentos do dia em que fora proclamada.

E a República fora a sua grande esperança, porque, reconhecendo a importância do progresso material para o Brasil, propugnaria por ele, não apenas conclamando para um melhor conhecimento de nossas regiões culturais, como também para uma organização mais compatível com a realidade brasileira, ao lado de uma justiça soberana e coibidora dos desmandos.

Embora saibamos que na obra euclidiana, cá e lá, haja vestígios de improvisação no que escreveu, temos que admitir que a formação científica de Euclides, o que era singular aos meios literários brasileiros de sua geração, dera-lhe uma base bastante sólida de conhecimentos, notoriamente no campo das chamadas ciências exatas, o que fez com que sua produção avultasse frente a muitas de sua época, apesar de muitas vezes apenas intuir sobre o que narrava.

Por crermos, pois, que não apenas *Da Independência à República*, mas toda *À Margem da História* é um farto material a

ser investigado pelos estudiosos da ciência histórica, numa tentativa de interrelacionar idéias e fatos, influências ideológico-sócio-políticas à historiografia brasileira, e até porque na postura de Euclides da Cunha não é comum ao pensamento da época, a tal ponto que podemos mesmo considerar "naïve", exatamente por deixar entrever uma gama de problemas assaz pertinentes não só para a reflexão social, como também para o caminho ideológico brasileiro e de suas transformações infra-estruturais é que sugerimos um estudo mais aprofundado deste trabalho. Preservar fontes é pois uma tarefa de todos nós, sobretudo hoje, quando a História tenta se libertar de velhas concepções, buscando o estudo, a compreensão do homem na sua dimensão maior, em todas as formas e manifestações, bem assim o entedimento do social em sua totalidade.

(Transcr. do "Boletim da Academia Paulista de História", nº 4, junho de 1990).

O PRIMEIRO ANSEIO DE ERUDIÇÃO DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

Hélcio Pupo RIBEIRO

Quem passasse pela avenida Central do Rio de Janeiro, na década de 1910, por certo seria atraído ao chegar à Cinelândia, pelos sons característicos de um piano tocado na sala de espera do Cinema Odeon, pois além da sonoridade toda especial, teria a atenção voltada para a música, aliás peculiaríssima.

As sessões começavam as treze horas, mas antes desse horário, um homem de quarenta e sete anos, de maneira simples, aparência modesta, recatado, quase humilde, dedilhava o teclado de um surrado piano, tirando dele melodias e ritmos que a todos empolgava, pela interpretação marcante que ressaltava as passagens mais expressivas das belas páginas do seu variado repertório. Sempre atendia às solicitações do seu fiel público, executando as peças mais apreciadas como as polcas "Gracietta" (1880), "Fonte de Suspiro" (1882), os tangos "Brejeiro" (1893), "Cacique" (1899), "Genial" (1900), "Coração Que Sente" (1905), bisando inevitavelmente o tango "Odeon", já então consagrado, escrito em 1910, singela homenagem ao tradicional cinema onde tocava. Depois, no decorrer das sessões, sonorizava habilmente a projeção cinematográfica dos filmes mudos, acompanhando com músicas alegres e tristes, rápidas ou lentas, as passagens que ocorriam na tela molhada, acima de sua cabeça.

Chamava-se Ernesto Nazareth. Nascera em 20 de março de 1863, no Morro do Nhéco, hoje Morro do Pinto, que naquele tempo ainda não havia recebido o triste nome de favela. Filho de Lourenço da Silva Nazareth e de Carolina da Cunha Nazareth, da mãe herdou além das maneiras afáveis o gosto pronunciado pela música. Era pianista. Com o falecimento da progenitora, o pai obrigou-se a

procurar um professor para o menino, que apenas com dez anos de idade demonstra excepcional musicalidade, além de muita aptidão para o piano. Entra em cena Eduardo Madeira, funcionário do Banco do Brasil. Nas horas vagas, dava aulas de música, um amigo da família.

Tempos depois, o garoto passa aos cuidados do professor Lucien Lambert, pedagogo francês de boa reputação na então capital do país. Após esse período de proveitoso aprendizado, o jovem Ernesto matricula-se no Colégio Belmonte, onde outro adolescente, brilhante por sinal, sentava-se ao seu lado: Olavo Bilac, mais tarde aclamado o "Príncipe dos poetas brasileiros". Nesta ocasião, Nazareth escreveu sua primeira composição musical, a polca-lundú "Você Bem Sabe". Tinha quatorze anos de idade e a dedicara ao pai querido, como a querer dizer "você bem sabe que eu vencerei..."

Aos vinte e três anos o compositor conhece atraente donzela, como se dizia na época, que o compreende, ama e incentiva. É Theodora Meirelles, e com ela se casa no dia 14 de julho de 1886. O novo estado civil, impõe a necessidade de um emprego estável, pois a família começa a aumentar e as responsabilidades crescem. Emprega-se na Casa Vieira Machado, na rua do Ouvidor, local de encontro dos melômanos cariocas e ponto de reunião de poetas, escritores e jornalistas. Foi através dessa firma, também editora, que o tango "Brejeiro" é publicado e, logo em seguida, gravado pela "Columbia", em 1913. O "Brejeiro" dá a Nazareth, a posição de pioneiro na criação do tango brasileiro em nosso país. "Brejeiro" foi, também, gravado e executado pela Banda da Guarda Republicana de Paris. Posteriormente, o compositor é convidado pela Casa Arthur Napoleão, como pianista demonstrador, tocando para a freguezia os últimos lançamentos, os sucessos e as novidades mais vendidas.

Vejamos, porém, como era o músico e compositor Ernesto Nazareth, já que até o momento abordamos o homem. Após disciplinados estudos com o maestro Lambert, Nazareth aprimora a técnica, apura a sensibilidade artística, adquire razoáveis conhecimentos de harmonia e contraponto, sente musicalidade à flor da pele. Torna-se ótimo pianista e já tem na bagagem algumas composições consagradas. A bem dizer, é um pianista à sua maneira, pois na verdade não

possuía nenhum curso regular de música, e o que conseguiu foi à custa de um autodidatismo heróico e de uma vocação anormal.

Tivesse ele se iniciado pelo violão capadócio e seresteiro, e quem sabe teria ultrapassado as áreas da criação comum e pudesse atingir o "classicismo" de um Noel Rosa, um Sinhô ou Alfredo Viana, o insuperável Pixinguinha.

No entanto, por não ter uma formação musical completa, Nazareth ressentia-se, evidentemente, de raízes mais consistentes e mais profundas. Possuía, em compensação, um dom impressionante, quase intuitivo, para o teclado e uma sensibilidade excepcional que o levou, mesmo autodidata, a ser reconhecido como extraordinário pianista e talentoso compositor de muita inspiração. Tinha um toque pessoal originalíssimo, e um estilo muito próprio de interpretar, especialmente as suas obras. As mãos magras, ossudas, a postura simples, o olhar triste, amargurado, exerciam como que um magnetismo que a todos contagiava, conquistando. Numa época em que proliferavam os "pioneiros", assim tão bem definidos por Mário de Andrade, Ernesto Nazareth soube ser diferente e autêntico, e "impor-se pela expressividade psicológica", é ainda Mário que fala. Villa-Lobos analisando-o, assim o descreve: "Era autor de música popular de certa elegância, a despeito de sua cultura primária. Suas tendências eram francamente para a composição romântica e não negava seu entusiasmo por Chopin. Contudo, não possuindo condições necessárias para assimilar-lhe o estilo, Nazareth fez, entretanto, algo bem diferente que constitui-se no padrão rítmico da música social brasileira. O seu caso melódico é mais ou menos o mesmo que o seu caso rítmico. De qualquer forma, Nazareth é uma das mais notáveis figuras da nossa música e a verdadeira encarnação da alma popular". Isto é tão exato e confirma-se à evidência, ao ouvir-se a bela página intitulada "Nenê", tango escrito em 1895, juntamente com a valsa "Helena", do ano seguinte, quando seu gênio antevia a brilhante trajetória que o levaria à consagração. Outro mestre renomado da nossa música, Francisco Mignone, respondendo ao musicólogo Vasco Mariz, diz: "Voce me pergunta se deve colocar Nazaré como músico erudito ou não. A minha opinião é que ele nada tinha de erudito. Era apenas um "intuitivo" como Mussorgsky ou Villa-Lobos. A sua obra serviu de padrão e modelo para os nacionalistas que viveram na época dele e depois. Visto desse ângulo, ele deve ser

considerado um "clássico" da música brasileira nacionalista. Talvez um Glinka de nossa música".

A predileção pela forma denominada tango é óbvia. Mas, por que essa preferência tão constante e tão pronunciada, quando ela sugere e por certo sugeriria ainda mais, no seu tempo, a dança tipicamente argentina, de cunho dramático, plena de conteúdo quase sempre mórbido, que explora o passional e aborda o homem e a mulher de certos níveis sociais onde imperam o amor e o ciúme e, por consequência, a violência e a tragédia. O tango portenho é, via de regra, o espelho desse submundo onde nasceu. Em seus tangos, Nazareth pretende exatamente o inverso, isto é, busca a música pura e desenvolve a arte de bem compor, visando o prazer estético, repleto de emoções sutis, agradável, de qualidade jamais secundária. Daí "tango brasileiro" como o denominava, pois detestava o título maxixe, este sim, parente bem próximo do tango argentino, pelo menos no conteúdo psicológico. O maxixe era dançado nas gafieiras, locais públicos de bailes pagos onde os pares, em contorsões corporais eróticas, davam vazão a sentimentos duvidosamente louváveis. Tipo de transição entre a polca saloneira, versão nacionalista que chamariamos carióca, o tango de Nazareth se assemelha, por força de comparação, às valsas chopinianas, as quais, disse alguém, podiam ser dançadas pelo espírito, não pelo corpo.

Escrito na fase áurea de 1913, quando a pujança criadora se cristalizava, sublimando-se, "Tenebroso" é um significativo exemplo. Com justa propriedade Nazareth foi alcunhado de "o Schubert carióca", mercê da inesgotável riqueza de temas melódicos, fato que o levou a compor quase uma centena de tangos e outro tanto de polcas, valsas, mazurcas e outras danças que, sob seus dedos habilidosos, perdiam o caráter de música de dança, tornando-se música para ser ouvida.

Nazareth não compunha pensando em bailes, não obstante fosse o salão o local preferido para as suas aplaudidas exhibições. Diz-se que o seu tango era uma adaptação da habanera cubana, na ocasião muito em voga no Rio de Janeiro. Para diferenciá-lo, o compositor batizou-o "tango brasileiro" e impôs-lhe marca pessoal, com estilo inconfundível que muito o distanciava do popular maxixe. Seu temperamento exigente, inovador, levou-o a criar essa nova modalidade musical brasileira imediatamente aceita, a tal ponto que chegou a abalar o prestígio do fox-trot norte-americano, e a sacudir os

alicerces da valsa romântica e sonhadora trazida da Alemanha, ofuscando a irrequieta e jovial polca importada da Boêmia. Ontem como hoje, a mesma invasão de ritmos musicais estrangeiros que monopolizam a juventude, fazendo-a ignorar o valioso sentido de brasilidade e de beleza da música pátria, cheia de acentos melodiosos que sempre nos transmitem algo, falando o mesmo idioma. Nazareth reage veemente e começa a dizer na pauta aquilo que outros achavam que devia ser dito, mas não diziam. Prevaleceu nesse nosso músico de sólida personalidade, aquela força determinante que o impelia a uma posição definida, corajosa, reacionária no bom sentido. E é por isto que o seu nome permanece como marco renovador da música brasileira, espécie de elo de junção entre o popular e o erudito, hoje plenamente consagrada como clássica. Aliás, "a música de Nazareth não é necessariamente dançante, pois é intrinsecamente pianística", esclarece Batista Siqueira, um dos seus biógrafos. Basta atentar para a sua harmonização e para a linha melódica, conhecida às vezes em moldes mais elevados, como que buscando um plano qualitativo apurado, seu anseio constante, porém exibindo orgulhosamente uma consciência personalista especificamente carioca. O tango "Floraux", de 1909, com nome estrangeiro mas de linguagem e expressão nitidamente brasileiras, o comprova com eloquência.

É inegável que Nazareth absorveu influências estrangeiras - quem não as absorve? - tendo-as assimilado em algumas composições. Não podemos ignorar a admiração efetiva que devotava a Chopin, músico que mais se deixa antever em certas obras, nas valsas especialmente. No Improviso, dedicado a Villa-Lobos, que sub-intitulou Estudo de Concerto e cuja estrutura é a de um rondó em três seções, percebe-se aquela refinada elegância que enfeita o desenho melódico, habilmente trabalhado em caprichoso ritmo dançante, ou mesmo nas valsas "Elegantíssima" e "Dirce" (ambas não datadas), nas quais uma atmosfera cintilante envolve melodias requintadamente ornamentadas, dentro de um contexto cuja elaboração sugere as sutis evoluções do mestre polonês, em escalas cromáticas sucessivas. Essas influências não foram discretas ou imperceptíveis, como pode parecer aos menos afeitos à música chopiniana. Ao contrário, são claramente audíveis no compositor carioca que, aliás, jamais escondeu seu maior desejo: escrever alguma coisa no estilo do autor das polonaises.

No entanto, o importante é que, ainda que Nazareth pretendesse esmerar-se no burilamento composicional, a sua música nunca perdeu a característica do nacionalismo puro, de brasilidade autêntica que valoriza e enobrece nossa cultura musical. Exatamente por isto, suas obras são calorosamente aplaudidas no exterior, onde o público vibra com as marcações dengosamente brasileiras dos seus ritmos, e o espírito alegre e envolvente dos temas sentimentais, apaixonados, das valsas sonhadoras. Que o digam Eudóxia de Barros, Roberto Szidon e Moreira Lima, este, criando um clima de erudição nas suas interpretações. Para exemplificar esse sentimento tropicalista, essa cálida ambiência tão do nosso gosto, nada melhor que "Confidências", valsa de 1913.

Entretanto, a característica pessoal mais evidente e que nos fere fundo, é a poderosa carga emocional do seu conteúdo cuidadosamente entretecido, nunca descambando para o banal ou para o vulgar. Ernesto Nazareth escapa do lugar-comum do "pianeiro" trivial, porque atinge o nível elevado onde as idéias se coordenam inteligentemente, segundo tratamento estético que surpreende. E, embora, transbordando ímpetos popularescos visíveis, o desenvolvimento temático mostra características de labor esmerado, a um passo da erudição, que surpreendeu músicos como Arthr Rubinstein, Darius Milhaud e Villa-Lobos. É conhecida a exclamação de Milhaud ao ouvi-lo: "Sua interpretação, ora triste e melancólica, ora alegre e saltitante, muito me ajudou a compreender e sentir a alma brasileira".

E assim, a versatilidade exuberante do pianista e compositor de aspirações incomuns, vai concretizando-se nos tangos, polcas, valsas, choros, no Batuque de cadência negra, nas marchas que rapidamente conquistam o público e, mais que isto, um lugar na história. Sua incrível facilidade de escrever leva-nos a Veiga Oliveira, quando ressalta que "Nazareth era um compositor ao modo de Schubert, que fazia música ao correr da pena, sob a saborosa, incoercível fluência da inspiração do momento". Sua extensa produção é marcada por poderosa veia artística, apoiada em invejável fertilidade criadora.

O admirável pianista e compositor atinge o apogeu. Conquista a consagração popular, o renome, a fama. É cumulado de honrarias, mas não de bens materiais. A inexperiência mercantilista leva-o a vender os direitos autorais de suas obras por quantias irrisórias. Tem bossa artística mas não tino comercial (vendeu os

direitos do "Brejeiro" por 50 mil réis, importância considerada ínfima mesmo na ocasião!). O tempo passa, as coisas mudam. Para pior. Em 1918 a impiedosa "gripe espanhola" assola a cidade, ceifando vítimas inocentes. Entre elas sua filhinha Maria de Lourdes, alegria do artista, encanto do lar. O compositor se abate, presa de forte depressão nervosa. Mas, diz Victor Frankel, "o sofrimento torna o homem perspicaz e o mundo para ele se torna transparente. Mediante o sofrimento, o homem amadurece no confronto com a verdade". Competirá à própria música recuperá-lo. Em 1926 aceita convite de São Paulo, que o recebe de braços abertos, festivamente. Apresentou-se no Conservatório Dramático e Musical, tocou nos solares da nobreza paulista, empolgou os jovens, exibiu-se no Municipal. Ao retornar para o Rio, levava magnífico piano de cauda, presente dos paulistanos. Junto, um cartão de prata: "Ao ilustre compositor Ernesto Nazareth, seus admiradores de São Paulo". "Julho de 1926".

Nazareth não quer senão a paz, a tranquilidade do lar cercado pelo carinho alegre dos filhos, embora privado do amor de Theodora, a dócil companheira de tantos anos que não mais vivia. Como se não bastasse tanto infortúnio, repete-se nele o drama de Beethoven: uma surdez irreparável o separa do mundo. Muitas vezes abandonou o piano, cujas teclas mal roçava, cabisbaixo e amargurado, os olhos brilhando tristemente. A família, preocupada após inúmeras consultas e tratamentos sem resultados, interna-o no Sanatório de Doentes Mentais de Jacarepaguá. Isolado de tudo, perdido no mundo sombrio das passadas glórias onde repousam as cinzas da celebridade, no dia primeiro de fevereiro de 1934 desaparece nas densas matas que cercavam o hospital. Depois de dois dias de intensas buscas, vão encontrá-lo numa posição impressionante: desageitadamente sentado sobre uma pedra, as águas da cascata borbulhando pela cabeça, escorrendo pelo corpo, Nazareth mantinha os braços estranhamente estendidos, como se estivesse tocando brilhantes escalas no reluzente piano de cauda, que São Paulo lhe ofertara numa noite cinza de garoa do ano de 1926.

"Tanta simplicidade com tamanho espírito, tanta bondade com tamanha firmeza, e o repouso da alma no meio da vida e da atividade verdadeira!" (Goethe)

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Bastos, Wilson de Lima - Mariano Procópio Ferreira Lage, sua vida, obra, descendência e genealogia. Juiz de Fora, Edições Paraibuna, 1991. 310p

A presente obra é, na verdade, um novo livro sobre Mariano Procópio. Tem o mesmo título do que saíu em 1961, quando do centenário da inauguração da Estrada de Rodagem União e Indústria, tão logo esgotado. Ocorre, porém, que se fala em segunda edição, por ser do mesmo autor, mas, como é fácil de perceber, atualizado e muito ampliado. Com o falecimento a 10 de agosto de 1980, da diretora do Museu Mariano Procópio, Prof^a Geralda Ferreira Armond, que, durante 36 anos, manteve sob sua guarda, intocáveis, algumas seções do magnífico arquivo, surgiram documentos preciosos à catalogação pelas administrações que se seguiram. Abriam-se, então, novos horizontes às pesquisas e análises, estimulando a outras preocupações de estudos, não apenas da pessoa em si, de Mariano Procópio, como de diversos aspectos da Estrada União e Indústria e da Estrada de Ferro D. Pedro II, assim como de toda uma problemática política, econômica, social e cultural da segunda metade do século passado e do início do findante século XX. O Museu Mariano Procópio apresenta, agora, ao público um diversificado documentário, de que se faz um destaque para a arte, a ciência, a história, além de um magnífico arquivo fotográfico devidamente catalogado. É mais um trabalho prestado pelo autor ao esclarecimento da História e conseqüentemente enriquecimento da historiografia juiz-forana. (Da Apresentação).

Corrêa, Carlos Humberto - Militares e civis num governo sem rumo. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1990. 157p

Trata-se do estudo do processo de instalação e desenvolvimento do Governo Provisório da República brasileira em 1893 e 1894, na cidade do Desterro, hoje Florianópolis, SC. Instalado com o propósito de servir de base militar e política contra o governo de Floriano Peixoto, o Governo Revolucionário, chefiado pelo Capitão de Mar e Guerra Frederico Guilherme de Lorena, representou a concentração de esforços da Armada brasileira revoltosa, dos federalistas gaúchos em guerra local e da política regional catarinense após a deposição do governo republicano e a declaração de separatismo político da União. Sempre apoiado por uma sólida documentação, mesmo que pouco utilizada pela historiografia contemporânea, o autor analisa as características militaristas e centralizadoras do governo, suas tentativas de relação com os países do Prata e as lutas internas por uma definição que expressasse pensamentos ideológicos diversos e conflitantes, o que caracterizou a primeira fase. A segunda, constituída por uma Junta de catarinenses e paranaenses, foi o resultado do débil desempenho de políticos e militares que, mesmo sem a participação dos gaúchos, desunidos ideologicamente e sem armas suficientes, desempenharam um papel pouco conhecido na História do Brasil, porém importante para a consolidação definitiva da República no Brasil. (Apresentação da Editora).

Jamundá, Theobaldo - O Barriga Verde: versões e versões. Florianópolis, Acel, 1989. 172p

Este livro é de grande importância para todos os que se interessam pela História. Mais do que isso: é de grande valia para todos, pois, esse interesse deve ser de todos nós. O livro cuida de um aspecto da formação do Estado de Santa Catarina, ao buscar, no tempo, o sentido e o significado de uma das expressões mais usadas: "barriga verde". É o que procura este trabalho. Traz, em todas as suas páginas, a marca da pertinácia,

do inconformismo com o desconhecimento, característica do jornalista Jamundá, o pernambucano que se fez catarinense, pelas várias demonstrações de amor pela terra e pela gente de Santa Catarina. (Nota de Salomão Ribas Júnior).

Ricci, Maria Lúcia de Souza Rangel - *Guarda-Negra: perfil de uma sociedade em crise*. Campinas, 1990. 156p

No presente estudo a Autora retrata a sociedade brasileira do último quartel do século XIX e a série de contradições vividas no período e que possibilitaram o surgimento da **Guarda-Negra** na capital do Império, logo após a abolição da escravidão no País. Sentindo o Império "balançar-se" pela propaganda republicana, os "fanáticos" do trono resolveram oferecer à Redentora tudo o que ainda lhes restava, no sentido de garantir-lhe o trono, numa especulação criminosa, sem quase nenhuma repercussão nas outras províncias. Num ardiloso artifício utilizado pelos já poucos adeptos da Monarquia, constata a exploração do negro na intensa agitação provocada pela **Guarda-Negra** contra a propaganda republicana nos anos 1888/89, o caotismo econômico-sócio-político em que a sociedade se encontrava, a ousada agitação popular que ganhou singular prestígio na crônica desordeira da cidade do Rio de Janeiro, tornando evidente que esse movimento de capoeiras a serviço do trono refletiu o sistema institucionalizando a violência, objetivando a dominação do negro frente ao controle direto do seu comportamento. (Da apresentação).

Theodor, Erwin - *Perfis e sombras: estudos de literatura alemã*. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1990. xxx + 268p

Compõe-se o presente volume de 32 ensaios que abordam a literatura alemã dos últimos duzentos anos em quatro capítulos e um epílogo. Esses capítulos são: "A imagem do passado", reunindo estudos acerca dos grandes nomes do iluminismo, classicismo, romantismo e realismo (Lessing, Goethe, Schiller, Heine e Keller); "Hesse, Mann e Musil", com colaborações

sobre esses nomes fundamentais da literatura "burguesa" alemã; "Mudança e Apocalipse", enfocando autores-chave da renovação das letras (Wedekind, Hauptmann, Kafka, Trakl, Zuckmayer, Brecht, Friedell e Jünger) e "Problemas da Atualidade", onde, além de ensaios sobre Boll, Celan, Dorst e Johnson, são apresentadas idéias pertinentes acerca da "literatura da nova geração" e do romance alemão entre 1945 e 1956. O livro começa com um registro cronológico que oferece aos interessados um levantamento das principais datas da literatura em língua alemã, desde os incios (o *Abrogans* do século oito é tido como o primeiro trabalho lingua alemã) até 1970. As obras mais significativas vêm aí citadas, permitindo uma consulta rápida. O volume encerra-se com uma revelação literária: trata-se de um trabalho acerca de um romance de Carl F. P. von Martius, encontrado como manuscrito por Erwin Theodor. (Apresentação da editora).

PERIÓDICOS

Estudos Ibero-Americanos, vol. XVII, nº 1. Publ. da Pont. Univ. Cat. do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. **Sumário:** O 31 de janeiro no contexto das relações diplomáticas luso-brasileiras (Caio C. Boschi); Perspectiva histórica de la Guardia Civica de Chile (Fernando Cordero); O proletariado gaúcho e a Revolução Federalista (Francisco Ricardo Rüdiger); Las intenciones arbitristas del protagonista de *Miau* (Sara Almarza); Estudo e ensino da História da América Latina na China (Zhou Shixiu); Analisis de restos oseos humanos: demografia, calidad de vida y características físicas de los pobladores de la region de cuenca de la Laguna Merin (Mónica Sanz); Etnohistorica y arqueologia de la cuenca de la Laguna Merin (Leonel Cabrera Pérez e Jorge Femenías); Imperialismo e interesses nacionais na Questão do Chaco Boreal (Helder Gordim da Silvéira)

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Volumes 366 a 369. 1990. Sumários: **Vol. 366:** Sertão e fazenda: ocupação e transformação da Serra Fluminense entre 1750 e 1820 (Marcos Guimarães Sanches);* Carlos Gomes (Mons. Guilherme Schubert); Centenário de Lindolfo Collor (Américo Jacobina Lacombe, Hélio de Almeida Brum, Francisco Rezek e Bernardo Cabral); **Vol. 367.** O julgamento da História. O bispo Cardoso Aires e o general Abreu e Lima (Sílvio Meira); Joaquim Manuel de Macedo (Paulo Pardal); Jean Maurice Faivre (Lourival Ribeiro); O muro invisível de Berlim reunificada (Vasco Mariz); Em memória de Cândido Mendes (Geraldo de Menezes); A Inquisição: nova versão (Cgo. José Geraldo Vidigal de Carvalho); Cinco vezes Petrópolis (Vicente Tapajós); Por que o Brasil foi o último país da América a suprimir a escravidão (Fredéric Mauro); Saudação à sócia honorária Marilda Corrêa Ciribelli (Vicente Tapajós); O trabalho do historiador e a História (Marilda Corrêa Ciribelli); Saudação a Carlos Wehrs (Thalita de Oliveira Casadei); Algumas considerações sobre o Rio antigo, segundo a obra literária de Aluísio de Azevedo (Carlos Wehrs); Padre João Batista da Fonseca (Alberto Martins da Silva); Recordando Gustavo Barroso (Antônio Pimentel Winz); O início da experiência republicana (Arthur Cezar Ferreira Reis). **Vol. 368:** Vieira Fazenda, intendente municipal (Elysio de Oliveira Belchior); A pesquisa e a análise como instrumentos fundamentais para a comprovação da verdade histórica. Mentiras jornalísticas e entrevistas inescrupulosas (Wilson Lima Bastos); Duas soberanas irmãs, dois destinos opostos (José Gomes Bezerra Câmara); A sociedade igualitária e seus inimigos (Paulo Werneck da Cruz); Centenário de Wanderley Pinho (Luiz Viana Filho); Saudação a José Mindlin (Gilberto Ferrez); Discurso de posse (José Mindlin); O centenário de falecimento de Carl von Koseritz (Carlos Wehrs); Saudação a Sydney Martins Gomes dos Santos (Vicente Tapajós); Geopolítica e História (Sydney M. G. dos Santos); Uma nova interpretação de "Os Sertões", de Euclides da Cunha, e do beato Antônio Conselheiro (Leda Boechat Rodrigues); Saudação a Edivaldo

Martins Gomes dos Santos (Vicente Tapajós); Geopolítica e História (Sydney M. G. dos Santos); Uma nova interpretação de "Os Sertões", de Euclides da Cunha, e do beato Antônio Conselheiro (Leda Boechat Rodrigues); Saudação a Edivaldo M. Boaventura (Maria Cecília Ribas Carneiro); História e Educação (Edivaldo M. Boaventura); A idéia da República na Inconfidência (Américo Jacobina Lacombe). Vol. 369: Controvérsias sobre a proclamação da República (Claudio Moreira Bento); A obra de Alberto Torres: o ciclo jornalístico (Dalmo Freire Barreto); Mário Augusto Teixeira de Freitas e o Conselho Nacional de Geografia (Cristóvão Leite de Castro); As forças armadas do Brasil na Segunda Guerra Mundial (Carlos de Meira Matos); Saudação a José Augusto Vaz Sampaio Neto (Antônio Pimentel Winz); Bahia: entradas e fazendas (José Augusto Vaz Sampaio Neto); Um velho sem velhice (Josué Montello).

MEMÓRIA CAMPINEIRA (44)

JOSÉ DE CAMPOS NOVAIS VISTO POR

RODRIGO OTÁVIO

Era uma criatura ratona: baixo, gordo e feio, tão gordo que, no dia de sua formatura, no mesmo ano em que eu também me formei, 1886, para levá-los, a ele e ao pai, que era tão gordo como ele, e viera de Campinas expressamente para o ato, foram precisos dois cupês, um para cada um, não cabendo os dois num só.

Mas, assim mesmo, baixo, gordo e feio, era uma criatura adorável. Estudante quase nominal, não freqüentava as aulas, não abria livros do curso e também não se preocupava com o não fazer exames; acreditava que afinal havia de sair, um dia, bacharel como os outros; e saíu; não sei quantos anos ficou na fábrica; mas saiu bacharel. Músico é que ele era; conhecedor profundo da música clássica, das óperas do bel-canto, da música wagneriana, da história da música. Possuía todas as partituras; punha-as ao piano e as lia, um pouco com os dedos das mãos gorduchas, e muito, cantarolando, e, assim, se esquecia, horas a fio, que, para os outros eram de enfado, mas para ele eram de encanto.

Não tocava piano, senão soletrava nele. O instrumento de que era exímio executante era a flauta, mas dela só se servia quando lhe caía nas mãos algum bom acompanhador. Esfalfava-o. Para ler música, para decifrar as partituras, penetrando no segredo, no perfume daquela cabalística de uts e bemóis, era do piano que se servia.

Deixando a escola, perdi de vista o Zé de Campos, que, aliás diversas vezes veio ao Rio, por um dia ou por uma noite, para ouvir uma ópera ou assistir um grande concerto. E ia sempre ver-me; também, eu era no Rio a única pessoa de seu conhecimento.

Uma vez recebi dele uma carta. Havia entretido nos jornais de Campinas uma larga polêmica com um pastor protestante

sobre as *Origens caldeanas do judaísmo*...¹ Havia organizado de tudo um livro e me fazia saber que me havia enviado os originais para que eu tentasse obter um editor... Isso em 1896. Recebi de fato os originais, um formidável calhamaço de 820 meias-folhas de papel. Apesar de não ter confiança na eficácia de meus esforços, tratando-se de obra de grande tomo, de assunto sem interesse geral, de autor inteiramente desconhecido, procurei nossos editores de então, Garnier, Laemmert, Alves; nenhum deles quis pegar na isca. Mas, o autor, à sua própria custa, publicou o livro que, num farto tomo de 505 páginas de formato grande, apareceu em São Paulo, no ano de 1899, impresso na tipografia de C. Gerke & Cia.

Em Campinas, José de Campos Novais entregara-se também ao estudo da botânica e com tanta eficiência que seus trabalhos interessaram a especialistas da fama de Loefgren e Orville Derby, que os fizeram publicar. E isso lhe valeu de muito, porque, com a fortuna abalada, Zé de Campos teve de procurar colocação e não foi difícil encontrá-la no modelar Instituto Agrônomo de sua terra, de que foi, até morrer, um funcionário exemplar.

Sempre que fui a Campinas, nos encontrávamos; ele se desfazia de suas obrigações e compromissos para atender-me, e não me deixava. Eu sentia o prazer que lhe dava a companhia do amigo do tempo de sua opulência, de sua felicidade, e que era o mesmo ainda, que não mudara.

Em princípios de abril de 1932, os jornais do Rio, num telegrama em duas linhas, deram notícia de sua morte. Foi minha uma notícia circunstanciada de sua vida, que os jornais publicaram no dia seguinte.

Bom amigo, pobre amigo.

(Minhas memórias dos outros, última série, pp. 198-201. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. Col. "Retratos do Brasil", v. 119-B)

(1) O antagonista de Campos Novais foi o saudoso Dr. Álvaro Reis, também distinto filho de Campinas, e que reuniu seus artigos num livro a que deu o nome de *Origens caldaicas da Bíblia*.

N. da R.: Houve, aqui, engano de Rodrigo Otávio. Álvaro Reis (1864-1925), uma das maiores figuras do protestantismo brasileiro, não era campineiro; era da cidade de São Paulo, porém viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro, onde faleceu. Foi por muitos anos pastor da mais importante igreja, da comunidade presbiteriana, na então Capital Federal.

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

PRECONCEITO CONTRA O TRABALHO AGRÍCOLA

(João Severiano Maciel da Costa)

O maldito sistema de trabalho por escravos, além de outros males, fez-nos o grandíssimo de infamar de tal sorte o trabalho agrícola que os homens livres da mais baixa classe antes querem morrer de fome e entulhar as vilas e cidades na mendicidade e na miséria do que receberem o pão honrado, ganhado por seus braços. Famílias infinitas de brancos e pardos vegetam no interior das casas em ociosidade, miséria e mesmo libertinagem, e por nenhum partido se sujeitam ao serviço, mesmo doméstico, de famílias ricas e honradas, como na Europa. O seu sumo bem é possuírem um escravo para o serviço de porta a fora e uma escrava para o doméstico; do trabalho para ganhar o pão não se cura. Em uma palavra: a ociosidade é no Brasil nobreza e a preguiça aqui fundou seu trono.

Qual será o remédio para tão grande mal? A força? Não, por certo. Será preciso meditar instituições e providências que destruam o prejuízo da infâmia do trabalho, honrando-o premiando-o, e criar uma polícia vigilante e severa, que não consinta ociosidade nesta classe de gente, trazendo-a registrada e até inventariada. Em uma palavra: desprevení-la do prejuízo com o exemplo e com um favor decidido para a classe agrícola; atraí-la com o interesse da agricultura e trazê-la sempre cerrada entre o trabalho e o castigo infalível da ociosidade. E porquanto é para as grandes vilas e cidades que se acolhe a mendicidade preguiçosa e é na confusão delas que se ocultam famílias miseráveis, mas orgulhosas, que se desprezam de ganhar o pão por seu trabalho, deveria a polícia dobrar a vigilância

nessas grandes povoações e apertar de tal sorte esta classe de gente que ela achasse cômodo em retirar-se para o campo. Longe dos olhos da multidão, o orgulho tem menos de quem se esconda, e a imperiosa necessidade de sustentar a vida forçará o homem livre ao trabalho. Isto se observa já pelo interior das capitânicas e, dando-se providências adequadas, é de se esperar que se propague por toda parte.

Talvez se acelerasse esta saudável mudança com a distribuição gratuita de terras nas vizinhanças das vilas e cidades e avanço de certa soma para princípio de cultura e privilégios ou prêmios às famílias que mais se distinguissem neste gênero de trabalho. Estes meios positivos de fomentar a indústria que se deseja estabelecer em um povo principiante e prejudicado são de suma utilidade, mas talvez não agradem aos partidistas do antigo *laissez-faire*, que aliás demanda explicação e deve ser restrito a certas hipóteses e, sem dúvida, não quadra à de que tratamos. A esses descontentes pediremos que meditem, e nos lisonjeamos que mudarão de opinião.

(Memória sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar. Coimbra, 1821. Reed. em Memórias sobre a escravidão, pp. 37-38. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional/Brasília, Fundação Petrônio Portela, Ministério da Justiça, 1988. Col. "Publicações Históricas", v. 88).

*

PRENDAS DE UM HERÓI (Baltasar Gracián)

Todo herói participou tanto de felicidade e de grandeza, quanto de virtude, porque correm paralelas desde o nascer até o morrer.

Eclipsou-se em Saul uma com a outra e amanheceram em David jantamente.

Foi Constantino, entre os Césares, o primeiro que se chamou Magno, e também o primeiro imperador cristão; superior oráculo de que, com a cristandade, nasceu irmanada a grandeza.

Carlos, primeiro imperador de França, alcançou o mesmo renome e aspirou ao de santo.

Lufs, gloriosíssimo rei, foi flor dos santos e de reis.

Em Espanha, Fernando chamado comumente o Santo em Castela, foi Magno do orbe.

O conquistador de Aragão consagrou tantos templos à imperatriz do império como conquistou ameias.

Os dois reis católicos, Fernando e Isabel, foram o non plus ultra, digo, colunas da fé.

O bom, o casto, o pio, o zeloso dos Filipes espanhóis, não perdendo um palmo de terra, ganhou às varas o céu, e, de verdade, venceu mais monstros com sua virtude que Alcides com a sua clava.

Entre os capitães, Godofredo de Bulhão, o grão Gonzalo Fernández, o primeiro de Santa Cruz e o pasmo dos turcos, o sereníssimo senhor D. Juan de Áustria, foram espelhos de virtude e templos da piedade cristã.

Entre os heróis sacrossantos, os dois primeiros aos quais deu renome a grandeza, Gregório e Leão, lhes deu esplendor a santidade.

Ainda nos gentios e infiéis, reluz o sol dos engenhos, Augustino, toda a grandeza ao fundamento de algumas virtudes morais.

Cresceu Alexandre até que minguaram os seus costumes. Venceu Alcides monstros de fortaleza até que se rendeu à mesma fraqueza.

Foi tão cruel a fortuna, digo, justiceira, com ambos os Neros, quanto o foram eles com os seus vassallos.

Monstros foram da lascívia e da frouxidão Sardanapalo, Calígula e Rodrigo e portentos do castigo.

Nas monarquias, pretende evidência este primor. Floresceu o que é flor dos reinos, enquanto floresceram a piedade e a religião, e murchou com a heresia da sua beleza.

Pereceu o fénix das províncias no fogo de Rodrigo, e renasceu na piedade de Pelayo ou zelo de Fernando.

Saiu para ser maravilha de prosápias a augustíssima casa de Áustria, fundando a sua grandeza na que é cifra das maravilhas de Deus. E rubricou o seu imperial sangue com o de Cristo, Senhor nosso sacramentado.

Oh, pois varão culto, pretendente à heroicidade! Nota o mais importante primor, repara na mais constante destreza. Não pode a grandeza fundar-se no pecado, que é nada, senão em Deus, que é tudo. Se a excelência mortal é de cobiça, a eterna seja de ambição. Ser herói do mundo pouco ou nada é; sê-lo do céu é muito, para cujo Grão-Monarca seja o louvor, seja a honra, seja a glória.

(El Héroe: primor ultimo. Em Moralistas Espanhóis, pp. 379-380. Trad. de Acácio França. Rio de Janeiro, Jackson, 1960. Coleção "Clássicos Jackson", v. 11).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA BALTAZAR DA SILVA LISBOA (1761-1840)

Nascido na capital baiana a 6 de janeiro de 1761, estudou em Coimbra, para onde foi em 1775 e onde já se encontrava seu irmão José, o futuro Visconde de Cairu. Formou-se em Direito (1782), o que lhe valeu a nomeação para o cargo de juiz-de- fora no Rio de Janeiro. Não se demorou muito nesta função, pois caiu no desagrado do novo vice-rei, Conde de Resende, que parece se comprazia em perseguir todos os que haviam sido bem considerados no governo anterior, de D. Luís de Vasconcelos.

Acusado de "francesismo", como todos os que participavam da "Sociedade Literária", vítima de verdadeira devassa em torno do que Pedro Calmon denominou de "inconfidência carioca", foi Baltazar da Silva Lisboa transferido para Ilhéus, no sul da Bahia, como ouvidor e juiz conservador encarregado de fiscalizar o corte das madeiras de lei, ou seja das que a lei protegia contra a devastação. Aceitou a incumbência - diz Pedro Calmon - "como um desafio às suas aptidões científicas". Com a experiência adquirida neste ofício pôde escrever *Física dos Bosques*, no qual estuda a riqueza do Brasil em madeiras de construção.

Incumbido pelas classes comerciantes da Bahia de sugerir ao Príncipe-Regente D. João quando de sua vinda ao Brasil, a permanência definitiva na cidade do Salvador, não teve, contudo, êxito nesta incumbência, pois o Príncipe já trazia de Lisboa o propósito de estabelecer-se no Rio de Janeiro.

Enquanto seu irmão acabou senador e nobilificado com o título de Visconde, Baltazar preferiu o campo, afazendando-se no rio de Contas, em sua província natal. Cuidou de estradas, analisou o meteorito de Bendengó, pesquisou carvão no rio Cotegipe... Retornando ao Rio de Janeiro, foi nomeado para a cadeira de Direito Eclesiástico da recém-fundada Academia de Direito de São Paulo, cargo que

exerceu apenas por um ano, regressando à capital do Império. Elegeu-se juiz de paz em 1830 e pôs-se a rematar a obra que lhe deu renome, os **Anais do Rio de Janeiro**, "documentário precioso, painel amplo, embora desordenado, da história da nacionalidade no seu quadro municipal e na sua paisagem primitiva. Perdeu-se de vista o homem. Resta o livro". (Pedro Calmon).

Aliás, vinha de muito a idéia do livro, que, supõe-se, foi iniciado ainda nos fins do século XVIII, mas efetivamente levado a efeito depois da Independência, concluindo-o depois de 1830, pois só entre 1834/1835 veio a público, em sete volumes, impressos na Tipografia Imperial e Constitucional de Seignot-Plancher e Cia., Rio de Janeiro. O título **Anais do Rio de Janeiro**, vinha explicitado, como de hábito na época, para informar o leitor que a obra continha "a descoberta e conquista deste país, a fundação da cidade com a história civil e eclesiástica, até a chegada d'el-rei Dom João VI; além de notícias topográficas, zoológicas e botânicas". Como se vê, embora publicado só em 1834/1835, a obra não cuida do Brasil independente.

Sílvio Romero criticou-a severamente, reconhecendo, contudo, algumas de suas qualidades, chegando mesmo a considerá-la superior a Monsenhor Pizarro e ao Padre Perereca: "O historiador conhece nossas riquezas naturais, fala nelas, na uberdade do solo, na suavidade do clima, refere-se variadamente à nossa fauna e à nossa flora; em seu livro aparecem as raças americanas, os negros, os colonos europeus; tudo, porém, por sestro descritivo e sem um nexa causal. Dali não se tiram nenhuma consequência; aparece tudo como elementos esparsos de uma construção não realizada. As idéias do autor são mesmo antiquadas para seu tempo em certas questões. O livro é de 1834; mas conhece-se que foi quase todo elaborado trinta anos antes".¹

Pedro Calmon, prefaciador da reedição de 1967, aponta alguns pontos significativos do livro: "Liberal, o autor defende os judeus contra a discriminação e a intolerância, defende os jesuítas contra a perseguição e o regalismo, cataloga as vantagens do aldeamento indígena, cita os capuchinhos, seus contemporâneos, estende-se em conselhos sobre a melhor administração... a cada

(1) Romero, Sílvio - *História da Literatura Brasileira*, 269. Terceira edição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1943. Col. "Documentos Brasileiros", v. 24.

passo irrompe o naturalista: entende de árvores, de cultura do tabaco, da destilação nos engenhos, de fabricação de açúcar... preconiza a moderna máquina; pede a educação para ambos os sexos..."

Américo Jacobina Lacombe, num paralelo Baltazar/Pizarro, escreve: "Dos seus **Anais**, pode-se dizer quase que o mesmo que das **Memórias** de Pizarro: nada perderiam em ter mais concisão e perderem-se menos em divagações a respeito de assuntos em que os autores não poderiam deixar de repetir o que haviam dito os antecessores. Mas as duas obras freqüentemente se completam, conhecedor profundo que era Lisboa dos arquivos judiciários e municipais, enquanto Pizarro navegava airosamente nos extensos arquivos eclesiásticos. São ambos massudos. Mas em ambos se encontram, não raro, saborosas e mesmo humorísticas expressões. O Monsenhor é um entusiasta da terra e não esconde o seu orgulho. O Conselheiro é um entusiasta dos habitantes que o apoiaram na luta insana com os vice-reis... São esses os dois grandes patriarcas da história carioca: Pizarro e Lisboa. Toda pesquisa começará por eles e deles se retirarão quase sempre, os dados essenciais para qualquer estudo".²

Baltazar da Silva Lisboa faleceu no Rio de Janeiro a 14 de agosto de 1840. Seu livro ficou mais de 130 anos sem merecer reedição. Ou, melhor, em 1941, a Prefeitura do então Distrito Federal planejou uma reedição, que não passou do primeiro volume. Porém, em 1967, a Editora Leitura, do Rio de Janeiro, dispôs-se a uma reedição fac-similar da obra. Talvez por ter sido feita tiragem pequena ou, ainda, pelo desaparecimento da editora, a verdade é que esta nova logo tornou-se bastante rara. Foi saudada com merecidos encômios pelos órgãos oficiais do antigo Estado da Guanabara e por várias de suas instituições culturais, da cidade do Rio de Janeiro. Esta reedição de 1967 foi acrescida de um oitavo volume contendo: nota do editor; estudo introdutório de Pedro Calmon; cartografia histórica do Rio de Janeiro, com preciosa documentação selecionada por Eduardo Canabrava Barreiros, em disposição cronológica destinada a mostrar a evolução da cidade, num total de 26 estampas; iconografia do Rio de Janeiro, com 29 estampas selecionadas por Lygia da Fonseca Fernandes Cunha, reproduzidas de autores brasileiros e

(2) Lacombe, A. J., **Estudos cariocas**, em Rev. do Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, n° 370, p. 320. Rio de Janeiro, 1991.

estrangeiros; e, finalmente, índices de nomes e assuntos dos sete volumes da obra.

Sacramento Blake enumera diversos outros escritos de Baltazar da Silva Lisboa, porém nem todos publicados, permanecendo muitos deles no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Publicados foram os seguintes, excluídos, naturalmente, os **Anais:**

Discurso histórico, político e econômico dos progressos e do estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil. Lisboa, 1786

Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria. Rio de Janeiro, 1823.

Memória topográfica e econômica da Comarca de Ilhéus. Publ. na "Memória da Academia Real das Ciências, Lisboa, tomo 9º 125

Oração recitada na aula do Curso Jurídico no convento de S. Francisco da Imperial Cidade de São Paulo, por ocasião do aniversário de nascimento de Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro I. Rio de Janeiro, 1828.

Fala na Abertura de aula em 3 de março de 1829. Rio de Janeiro, 1829.

SELETA

NOVA LEI DO AÇÚCAR

Baltazar da Silva LISBOA

A razão e o tempo convenceram não serem bem fundados os princípios adotados e seguidos nos Tribunais e no Conselho do Estado, que com as taxas remediavam a falta do comércio, o qual faria entrar no consumo da Europa os gêneros coloniais, quando aqueles só podiam prosperar e engrandecer pela bondade e perfeição dos gêneros nos mercados, e ilimitada franqueza do comércio e navegação, tirando-se e derogando-se os privilégios concedidos à Companhia e Junta do Comércio, favorecendo-se a todas as indústrias honestas, e o trabalho bem dirigido com ilimitada franqueza e proteção no seu progresso, para fazê-los entrar em concorrência com a indústria dos outros povos, único meio de trazer ao nível a baixa ou a maioria dos preços que se regula pela necessidade, carestia, ou abundância, o seu consumo nos mercados da Europa.

Tendo-se padecido os flagelos da guerra, destruídas as fontes da riqueza das nações, como consequências necessárias dela, privados dos gozos da vida pela dureza e opressões dos trabalhos marciais, era excessiva a qualidade de açúcar que se amontoava nos mercados, o que fazia diminuir o seu valor por falta de consumo; pois que tinha chegado não só do Brasil, mas das colônias de outras nações tanta cópia, que se não podia consumir, e tanto mais sendo o daquelas superior ao nosso pela sua qualidade. Quem esperaria que começando mais tarde as outras nações os seus estabelecimentos na América, e contudo se nos avantajaram pelas suas boas instituições, em riqueza, indústria, e consideração, com tanta superioridade quanto deveria crescer a do Brasil pela fertilidade e doçura do seu clima, que as nações olham como sendo um paraíso na terra? Fiquemos como estrangeiros na terra da promessa, por erros crassamente

recebidos, que obstaram o nosso desenvolvimento, sendo forçados a receber um pão minguaado da mão de uma mãe tão rica, magnânima e liberalíssima.

Tendo-se descoberto diversas espécies de canas muito mais apropriadas de fazer prosperar este ramo de nossa riqueza, apenas cultivávamos a da nossa primeira transplantação, quando as de caiena rendiam o duplo, ou pelo menos um terço mais das canas ordinárias, que tão utilmente foram transplantadas para as Ilhas Britânicas, sendo o Pará a primeira das colônias do Brasil que obteve as canas de caiena, no governo de D. Francisco de Souza: as máquinas de vapor para facilitar as moagens e até a arte de cristalizar o líquido sacarino com toda a perfeição, são ainda agora de poucos conhecidos. Contudo a destruição da fértil Ilha de São Domingos, e outras circunstâncias dos Negócios Políticos da Europa, deram aos nossos açúcares um valor que jamais se obtivera na prosperidade desta indústria, em que estão hoje tão adiantados os colonos estrangeiros pela grande falta de inteligência deste tão precioso ramo de nossa indústria, desde a sua plantação, cozimento do caldo, uso da lixívias e purificação do açúcar, comumente encaixotado em madeiras verdes.

Em observância daquela nova Legislação se estabeleceram as taxas do açúcar com diferença do valor nos diversos Continentes da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro, bem como se taxaram os preços dos gêneros que os engenhos consumiam para a conservação das suas fábricas, marcando-se as caixas de açúcar com marcas de fogo, que designavam a sua qualidade de fino, redondo e baixo; mandando-se que no caso de fraude pagasse o comissário a perda do seu correspondente, e pela falsificação do açúcar fosse degradado o senhor de engenho por dois anos para uma das capitânicas, e pagasse 40\$000 réis de multa, em cuja pena incorreria o caixeiro além de dois anos de deportação para Angola, e na reincidência duplicado castigo; sendo igualmente taxadas as caixas com o número imprimido com o ferro por tal maneira que se não pudesse tirar sem ser conhecida a fraude, debaixo das mesmas penas.

Ordenou-se outrossim que os açúcares de liberdade, que os senhores de engenho remetessem por sua conta, não ficariam obrigados ao peso, mas sim que teriam as caixas a marca particular do engenho, e a tara por se ter contra estes os procedimentos da lei, no caso de infração dela, e que os tribunais escusariam os requerimentos para perdão pelo crime de falsificação do açúcar. Não obstante as

régias recomendações para a sua observância, ameaças do desagrado e desserviço, a Câmara se animou a pedir vista da execução cometida ao Ouvidor Geral e deduziu embargos de obrepção e subrepção, alegando matérias tão graves, que mereçam a real consideração.

Demonstrou com toda a evidência a honra dos seus concidadãos, que não conceberam jamais praticar indignidades e dolos nos gêneros de sua indústria, e que a razão de não chegarem os açúcares perfeitos a Portugal nascia da demora nos trapiches, que pelo menos era de um ano, quando não ficavam os navios; na escassez das safras, demoras, por deverem carregar com preferência os da Companhia, e quando a umidade dissolvia todos os saís, quanto mais o sacarino vegetal em um país que estava abaixo do nível do mar, na vizinhança dos trópicos, em que o excessivo calor e umidade alterava os corpos mais sólidos, e que acrescia além disso de ser o encaixamento em madeiras verdes, e algumas de má qualidade, e pela exuberância dos seus líquidos, que se comunicavam ao açúcar, lhe dava uma forma tão diversa e distinta da boa qualidade com que dantes fora qualificado, que a vista disto repugnava à Justiça do Trono e ao interesse que tomava pela prosperidade das suas colônias, taxar o preço do gênero que fazia a principal riqueza do país, quando o seu valor crescia ou diminua regularmente a sua abundância, carestia, demanda e consumo nos mercados da Europa; e que estando os escravos pelo duplo do seu valor antigo, e as mercadorias e mantimentos por desproporcionados custos, caíam todas as propriedades dos engenhos, vendendo por baixo preço o açúcar e comprando o que careciam por superiores preços; pois que os engenhos não careciam somente do cobre, ferro, breu, mas de escravos, bois, vestuários, mantimentos, lenha, madeiras, etc.

Foi levada ante o Real Trono a mais humilde representação a este respeito, acompanhada dos embargos opostos à execução da Lei. Rogou o Senado a El-Rei que fizesse pesar na sabedoria do seu Conselho as razões que oferecia para merecer a graça de mandar levantar as taxas ordenadas ao açúcar, porque delas resultaria a inteira ruína da Capitania, e perdição de seus habitantes tão exaustos de cabedais, pois que não se poderiam empregar no Real serviço, cobertos de opróbrio e miséria, e que dando Sua Majestade a sua Real proteção à cultura do açúcar, com a freqüência da navegação e comércio, que a Companhia tolhia, adquirindo riquezas imensas à custa da miséria de todo o Brasil, logriariam seus vassallos as

utilidades de que eram privados, e os gêneros do Brasil teriam, uma vez que fosse com inteligência dirigida a sua agricultura, a bondade e valores naturais, conforme a necessidade, demanda e concorrência do Reino, ou nos países estrangeiros, desembarcados de seus navios por baldeação, ou conforme as suas especulações e interesses ditassem.

Tão conciliadoras eram as vistas do Governo e desejos reais de promover a felicidade de seus povos, que mandou pela carta-régia de 14 de fevereiro de 1689 suspender a execução da Lei das taxas ordenando a observância de tudo o mais, e proibindo debaixo das penas de duzentos cruzados lavrarem-se açúcares batidos; permitia os retames, ou açúcares de panela. A química não era conhecida no Brasil, e a imperfeição do açúcar nascia da imperícia com que se fazia aquela operação química, em a qual o mestre deve extrair a maior quantidade possível daquele sal em devida proporção que designa a madureza das canas e experimentadas nos caldos pelo barômetro de Reaumur, e nas fornalhas de reverbero, confirmar ter chegado à perfeita cristalização, tendo-se cuidadosamente antes separado as partes heterogênea, por intermédio da potassa, ou sais alcalinos e calcáreos, até que o açúcar fique em granitos cristalizados em devido tempo, e que os termômetros indiquem não dever continuar no fogo. Por outra carta régia de 15 de fevereiro de 1689 se encarregou ao Governo a providência para não serem acondicionados os açúcares em caixões de madeira verde, por causar com a umidade e deterioração deles, que tornando-se de má qualidade, ficarão sem saída no comércio estrangeiro. Tão inveterados eram aqueles erros de economia de se obter por taxas a barateza dos gêneros contra a ordem da natureza, que ainda muitos sábios do Reino posteriormente, em tempos mais esclarecidos, cairam naqueles antigos erros, e a Câmara contra eles mui sabiamente se pronunciara com a lei da criação das Mesas das Inspeções, reproduzidas aquelas taxas do açúcar a tempo, que o comércio só os comprava a aprazimento das partes, com o que subiu aquela agricultura e indústria ao maior grau de opulência, por efeito de circunstâncias políticas da Europa, não obstante conservarem as suas pesadas máquinas e toda a imperícia de seus trabalhos, ganharam muito mais os senhores de engenho do que hoje, apesar das máquinas de vapor, novos cilindros e novas fornalhas que lhes subministravam duplicado rendimento das suas safras, não sendo porém seus valores equivalentes aos empregos de seus capitais. Não sei porque fatalidade até agora não se tem familiarizado entre nós o estudo da agricultura e química, com todas as artes e ciências

análogas, quando sendo os portugueses os que melhores açúcares antigamente fabricaram, sejam hoje os estrangeiros os que nos têm avançado em todo o gênero de indústria e ciência, e por conseguinte necessariamente os mesmos gêneros que cultivamos não podem ter concorrência com os daqueles melhor preparados, além da economia de seus trabalhos e produtos.

(Anais do Rio de Janeiro, V, 37-51.
Rio de Janeiro, Tip. Imp. e Const. de
Seignot-Plancher, 1835)

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista no **Diário do Povo**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

234. FIM DESASTROSO DE UMA EXPEDIÇÃO

Duas grandes desvantagens enfrentou o Brasil na Guerra do Paraguai, circunstância que tem sido ignorada ou, pelo menos, omitida por quantos se comprazem em criticar o Império brasileiro, realçando o absurdo de um país gigantesco como o nosso ter levado quase seis anos para vencer o minúsculo Paraguai, e para tanto tendo ainda solicitado a colaboração de argentinos e uruguaios. Em primeiro lugar, o Império, na ocasião, não possuía exército permanente, ao contrário do Paraguai que o tinha e muito bem armado e adestrado. Daí, o apelo aos chamados "Voluntários da Pátria", que deram provas de grande coragem e heroísmo, mas totalmente desconhecedores da arte da guerra, bisonhos nas operações militares, incapazes de enfrentar as tropas aguerridas e bem treinadas dos paraguaios. E só com heroísmo ninguém vence guerra.

Em segundo lugar - e esta dificuldade talvez tenha sido maior ainda - a ausência total de comunicações internas, terrestres, entre as diversas partes do Brasil. Basta dizer, por exemplo, que quem, do Rio de Janeiro pretendesse ir a Mato Grosso, só poderia fazê-lo pelo Prata, através do rio Paraguai em quase toda a sua extensão, obrigado, portanto, a atravessar todo o território paraguaio para, depois, entrar novamente no Brasil. E no dia em que os paraguaios decidiram-se a fechar a navegação do rio a navios

brasileiros, Mato Grosso ficou completamente isolado do resto do Brasil. Puderam os paraguaios nele adentrar à vontade. E se mais não fizeram foi certamente porque não puderam.

Uma expedição mandada do Rio de Janeiro ao sul de Mato Grosso, por terra, levou quase dois anos de viagem. Foi o que aconteceu com a coluna que passou por Campinas em 1865. O caminho mais direto de Campinas para o sul de Mato Grosso seria obviamente pelo oeste de São Paulo, nas rotas que foram anos depois seguidas pelas ferrovias. Mas estas regiões eram, na época, completamente desconhecidas, não oferecendo nenhuma segurança a quem se dispusesse a percorrê-las. Não tiveram os expedicionários senão que perfazer o roteiro de Goiás, a rota tradicional das bandeiras do século XVIII, passando pelas duas Mogis, Casa Branca, França, Uberaba, até penetrar em território goiano, donde infletiram para oeste até alcançar a região do Coxim, ainda longe do "teatro da guerra", mas já em território matogrossense. Os expedicionários partiram de Campinas a 19 de junho de 1865 e só alcançaram a área das operações militares em outubro do ano seguinte.

Foi esta a expedição que se desastrou nos horrores da trágica retirada de Laguna, em maio e junho do ano seguinte. Dos dois mil e quinhentos homens que a compunham, apenas setecentos sobreviveram. Vitimados, além do incessante ataque dos paraguaios, pela adversidade do meio, pelas enchentes dos rios, pelas febres dela decorrentes, pelo cólera, acossados pela fome e pela falta de víveres e de munição, lutando o tempo todo em terreno bem familiar aos inimigos que, afinal, estavam "em casa", não houve senão que apelar para a retirada, que só não se tornou mais desastrosa ainda graças a um tropeiro mineiro (o famoso "Guia Lopes"), que heróica e taticamente conduziu nossas já dizimadas tropas por caminhos que só ele conhecia.

Esta trágica retirada encontrou quem a descrevesse com todo o realismo: um jovem oficial de engenharia, integrante do corpo expedicionário e que, mais tarde, viria a se tornar um dos nossos maiores escritores, o Visconde de Taunay. De seu importante livro cuidarei em próxima nota. 18-1-1991.

235. A RETIRADA DA LAGUNA

Publicado pela primeira vez em 1871, **A Retirada da Laguna** tornou-se o livro mais conhecido do Visconde de Taunay. Oferecia a grande vantagem de ser um livro "vivido" pelo autor, o qual, jovem de pouco mais de vinte anos, e no início de sua carreira, integrou o corpo expedicionário que sofreu os horrores da famosa e trágica retirada já relatada em nota anterior. Alcançou numerosas edições e eu me lembro de quando o li pela primeira vez. Deveria andar pelos 12 para 13 anos, época em que os meninos de minha geração iniciavam-se nas clássicas leituras, tanto de autores brasileiros como estrangeiros. Lia-se muito no meu tempo. Não havia, na época, tanta coisa a desviar a atenção de um jovem, como hoje ocorre. A leitura era, então, o entretenimento preferido, freqüentemente recomendada e estimulada pelos professores desde o grupo escolar. E quanto à **Retirada da Laguna**, posso dizer que levava a palma entre os livros preferidos. Com o tempo, seu interesse foi-se reduzindo, embora continue sendo editado.

O que talvez nem todos saibam - e aqui fica a informação -, é que o famoso livro do Visconde de Taunay foi escrito e publicado originalmente em francês: **La Retraite de Laguna**. Atribui-se ao Visconde do Rio Branco a sugestão ao jovem autor para que o escrevesse em francês, "para que rapidamente se pudesse divulgar pela Europa tão notável documento do heroísmo brasileiro". Publicado pela primeira vez no Rio de Janeiro, já a segunda edição saía em Paris pela famosa editora Plon. E o êxito que alcançou na França foi enorme, como o provam as várias edições tiradas, chegando até a ser recomendado como livro de leitura nas escolas militares francesas.

Os prefácios de Xavier Raymond e Ernest Aimé, que figuram nas edições francesas, são muito significativos, notadamente o deste último, escrito quando a França ainda se ressentia do desastre da guerra franco-prussiana: "Não receíamos predizer à **Retirada da Laguna** imenso êxito na França, e disto nos alegramos, pois poderá despertar entre nós este generoso patriotismo, cuja ausência na França constituiu o maior triunfo da Prússia na guerra de 1870. Se as nossas tropas tivessem conservado este espírito de disciplina que admiramos nos heróis brasileiros (...) não estaria a nossa história maculada por humilhações desconhecidas de nossos pais".

Quando apareceu a primeira edição brasileira, contava já **A Retirada da Laguna** mais de trinta anos e com uma história editorial bem intensa. Os primeiros a traduzí-la foram Salvador de Mendonça e o Barão de Ramiz Galvão. Só em 1925 (data do prefácio) apareceria a tradução de Afonso de Taunay, filho do autor. Para esta tradução, da qual saíram numerosas edições, o ilustre historiador acrescentou valiosa documentação, o que veio tornar o livro não apenas um relato da trágica retirada, mas também uma obra de consulta, ainda ilustrada com numerosas fotografias, plantas e clichês das operações militares.

Convém lembrar que do livro famoso existem traduções em espanhol, alemão e sueco. E as edições até agora publicadas, em português, somam dezoito, o que, realmente, é significativo para um livro desta natureza. A última, das Edições Melhoramentos, data de 1975, integrando a coleção "Memória Brasileira". Não será exagero considerar **A Retirada da Laguna** a obra-prima de nossa literatura militar. 25-1-1991.

*

236. CAFÉS DO RIO DE JANEIRO

Não houve cronista do Rio de Janeiro que não se ocupasse, mais ou menos demoradamente, dos tradicionais cafés, que tanto realce davam à vida boêmia da antiga capital do País. E desde o século passado. Romancistas que fizeram seus personagens atuarem na grande cidade, ocuparam-se dos cafés, como traço significativo da paisagem urbana da capital. O sr. Danilo Gomes, não tendo conhecido a época áurea dos cafés, que chegou até a década de 1940, decidiu-se a escrever a crônica de quase uma centena deles, num levantamento precioso e bem documentado, que traz excelentes recordações àqueles, como o autor desta nota, que ainda os conheceram, embora já na fase final, quase decadentes.

É o próprio autor quem honestamente confessa: "Não vi nem presenciei nem muito menos freqüentei quaisquer dos cafés arrolados. Tudo o que está neste livro advém de várias fontes, que fui reunindo, ordenando e costurando..." Abre uma exceção apenas

para o "Amarelinho", hoje mais bar-restaurant do que propriamente café... (Antigos cafés do Rio de Janeiro. Rio, Kosmos, 1989).

Muitas páginas são dedicadas ao famoso "Cafedório". Mas não explicam o nome. Dizem apenas que resultou da inventiva gaiata de algum freguês bem humorado. Pode ter sido. Mas a explicação é simples: na tabuleta indicativa do nome do estabelecimento, as letras, todas maiúsculas, estavam muito juntas, como se fosse uma só palavra e resultado nisto: CAFEDORIO. Daí o carioca apelidá-lo de "Cafedório" foi só um passo...

É difícil descrever a alguém que os não tenha conhecido como eram os cafés "fluminenses" (como então se dizia), por mais que leiamos os cronistas antigos. Os cafés constituem uma das muitas coisas que desapareceram da vida moderna, pelo menos no Brasil. Algumas capitais europeias conservam a tradição dos cafés. Entre nós, não há mais lugar para eles. O hábito das lancherias (tolamente denominadas "lanchonetes", palavra que não significa nada...) fez com que hoje nem se tenha onde sentar para tomar qualquer coisa. Tem que ser de pé ou, quando muito, num banquinho junto ao balcão... É a volúpia da pressa, para que se não perca tempo. Mas se perguntar a alguém o que ele vai fazer com o tempo que procura ganhar, certamente não saberá dizer...

Por tudo isto é o que livro como este que me apraz registrar, além das saudades que evoca e do clima que procura reconstituir, contribui para o conhecimento de um aspecto muito significativo da vida de nossa antiga capital. O autor indica com precisão as fontes utilizadas: Luís Edmundo, Moreira de Azevedo, Noronha Santos, Roberto Macedo, enfim, todos quantos escreveram sobre o Rio antigo. Mas alguns também sobre o Rio moderno. Não nos esqueçamos, por exemplo, de Nestor de Holanda, com suas deliciosas Memórias do Café Nice. 16-2-1991

*

237. "OS SANTOS QUE ABALARAM O MUNDO"

Difícil, imaginar alguém que, quando do seu aparecimento há quase meio século, não tenha lido o livro cujo título tomo

emprestado para esta nota, do escritor húngaro René Fülöp-Miller, na tradução de Oscar Mendes para a coleção "O Romance da Vida". da Editora José Olympio. Concluindo o magnífico prefácio que escreveu para o "leitor moderno", explicou o autor por que, dentre os 25 mil santos reconhecidos pela Igreja, apenas cinco foram escolhidos para o seu livro: "São os cinco a quem a renúncia, a inteligência, o amor, a vontade e o êxtase habilitaram a dedicar-se a imitar o Cristo e a servir de guia no caminho para a perfeição humana". E o leitor não terá dificuldade em descobri-los: Antônio, Agostinho, Francisco de Assis, Inácio de Loyola e Teresa de Ávila.

Suas vidas contém "uma mensagem de beleza e de esperança", pois "todos os nossos tesouros culturais, os valores eternos e ideais do progresso moral, de caridade, de amor e de justiça, nossa apreciação da arte e o sentimento que temos da grandeza do mundo natural são expressões duma forma de energia criadora que tem seu foco nas vidas dos santos e delas se irradia".

E se o leitor quiser saber o motivo desta evocação aparentemente tardia e extemporânea de livro tão antigo (e que talvez nem mais se reedite), mas que teve sua época, a resposta é simples: neste mês de março (dia 17) transcorre o centenário de seu autor. Nascido na Transilvânia, região então pertencente ao Império Austro-Húngaro, mas de formação alemã, René Fülöp-Miller interessou-se inicialmente pelas ciências biológicas e particularmente pela psiquiatria, mas logo descobriu que sua verdadeira vocação estava no jornalismo e na literatura. E no campo literário, consagrou-se especialmente a biografias e temas históricos em geral.

Do muito que escreveu, além de Os santos que abalaram o mundo, diversos outros encontram-se traduzidos: Os jesuítas e o segredo de seu poder, Leão XIII e o nosso tempo, Lênine e Gândi, Rasputin e as mulheres e provavelmente algum outro. Seu interesse pela cultura russa, que o levou a cuidar de Rasputin e de Lênine, levou-o também a publicar diversas obras póstumas de Dostoiewsky e de Tolstoi.

Ao falecer em 1963, contava pouco mais de 70 anos, mais de 50 dedicados à literatura, deixando considerável bagagem, mas, a exemplo de tantos outros escritores de sua geração, e alguns até

mais significativos que ele, passou de moda, tornando-se praticamente esquecido e conseqüentemente desconhecido das novas gerações. Entretanto, uma releitura (ou leitura) de alguns de seus livros não faria mal a ninguém. Especialmente um deles, que poderia se revestir de grande atualidade neste ano em que se comemora o centenário da *Rerum Novarum*: o seu estudo sobre **Leão XIII e o nosso tempo**. Certamente o "nosso tempo" do título não se adequaria aos tempos de hoje. Mas atenderia ao conhecimento de um "tempo histórico", que não podemos ignorar, pois é indispensável ao bom entendimento da História. 15-3-1991.

•

238. O CRIADOR DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Nome dos mais expressivos dentre os inúmeros estrangeiros que se puseram a serviço do Brasil na segunda metade do século XVIII é o alemão João Henrique Boehm, nascido em Bremen a 20 de junho de 1708 e falecido no Rio de Janeiro a 22 de dezembro de 1783. Diversos estudiosos de nossa história militar dele se ocuparam (Francisco de Paula Cidade, Lucas Alexandre Boiteux, Souza Docca, Simões de Paula...), como também dele se ocuparam quantos cuidaram das relações teuto-brasileiras (Sommer, Oberacker, Abeillard Barreto...). Este último arrolou quantidade considerável de originais deixados pelo ilustre militar, todos redigidos em francês, além de numerosa correspondência com o Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil na época de maior atividade de Boehm. Todos os que dele cuidaram salientam as qualidades que lhe propiciaram a qualificação de verdadeiro criador do Exército Brasileiro.

O mais importante de seus trabalhos e o único até agora publicado na íntegra, intitula-se *Memoires relatifs a l'expédition au Rio Grande, de laquelle je fus chargé par le roi dom José I*, escrito em forma de relatório ao Marquês de Lavradio. A publicação deste extenso texto no original francês (229 páginas) foi promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, ocupando quase todo o

volume terceiro dos "Anais do Simpósio Comemorativo do Bicentenário da Restauração do Rio Grande", Rio de Janeiro, 1979.

Boehm não era escritor de mérito e o seu francês deixa muito a desejar. Conseqüentemente, a leitura de sua extensa "Memória" não é fácil. Mas o relato é rico de informações, não apenas da parte militar, obviamente a prioritária, mas igualmente nos aspectos humanos e sociais das regiões que percorreu, o que vale dizer todo o sul do Brasil.

As dificuldades da leitura do texto de Boehm devem ter sido bem sentidas pela historiadora catarinense Maria Regina Boppré, que teve a feliz idéia de traduzir a parte relativa à Ilha de Santa Catarina do importante relato, que se tornou, assim, a única porção traduzida das extensas *Memoires* do militar alemão. Sua tradução encontra-se em *Notícia Bibliográfica e Histórica*, publicação de nossa Puccamp, nº 134, de 1989.

Depois de afirmar ser o texto "escrito num francês não muito correto, o que se explica por não ser o autor de nacionalidade francesa", Maria Regina Boppré assim encerra seu trabalho: "A correspondência oficial do Barão de Boehm com o vice-rei Marquês do Lavradio, como vimos, deixa transparecer uma narrativa ágil, realista e detalhada até a minúcia, de sua expedição. O estilo ressalta pela sua elegância e bom humor que não vacilamos em qualificá-lo de aristocrático. Realismo, crítica e bom humor que não pendem, porém, como em outros viajantes, para a deformação e o sarcasmo. Ao contrário, faz-se acompanhar de um senso humano solidário e simpático para com os pobres pequenos camponeses que ficam à margem e no pano de fundo de sua épica jornada". 5-4-1991.

*

239. UM GRANDE ANDRADA

O falecimento, há cerca de um mês, na capital paulista, do historiador, professor e acadêmico Raul de Andrada e Silva privou São Paulo e o Brasil de um dos seus mais expressivos valores morais e culturais. Pertencia à Academia Paulista de Letras, à Academia Paulista de História e aos Institutos Históricos Brasileiro e de São

Paulo. Integrou por mais de 20 anos o corpo docente da Escola Preparatória de Cadetes, inclusive acompanhando-a na sua transferência de São Paulo para Campinas. Porém, sua vinculação com nossa cidade não decorreu apenas do magistério na grande instituição do Chapadão, mas, igualmente, da colaboração com que, por muitos anos, honrou o curso de História de nossa Universidade Católica, participando ativamente das "Semanas de Estudos Históricos" que anualmente aqui eram realizadas. Eram freqüentes suas vindas a Campinas, onde contava com numerosos e excelentes amigos.

Embora diplomado também pela Faculdade de Direito, sua verdadeira vocação foi sempre o magistério, que começou a exercer ainda bastante jovem, em renomados estabelecimentos da Capital, como, entre outros, o antigo "Franco-Brasileiro" (o "Pasteur" dos nossos dias), o "Rio Branco" e o "Mackenzie". Daí, seu interesse em freqüentar uma faculdade que o habilitasse à especialização nas matérias que lecionava, o que o levou a procurar a seção de Geografia e História da então recém-criada Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, pela qual se licenciou e à qual retornou, muitos anos mais tarde, como professor do Departamento de História, função em que permaneceu até à aposentadoria. Foi aí que nos conhecemos, início de uma fraterna amizade que durou mais de meio século, "amigo de todos os minutos e irmão de ideais comuns", como generosamente escreveu na dedicatória com que me ofereceu um de seus livros.

Sua produção não é numerosa, mas sempre marcada pela mais alta qualidade. Alguns exemplos: o "breve estudo comparativo" entre o regime feudal e as capitânicas hereditárias; o trabalho pioneiro sobre a função industrial de Santo André; a análise do pensamento político e social de José Bonifácio; as numerosas contribuições com que honrou os congressos e simpósios de que participou; o ensaio sobre a evolução urbana de São Paulo (do qual tive a honra de ser co-autor) e o admirável ensaio sobre a ditadura no Paraguai, no qual estudou particularmente as relações comerciais do Brasil com o país vizinho ao tempo do doutor Francia, originalmente sua tese de doutoramento, apresentada já nos últimos anos da carreira universitária.

De tradicionais famílias (dos dois lados), era trineto do Patriarca da Independência, bisneto de Martim Francisco e neto do segundo José Bonifácio (cognominado "o moço") e, pelo lado

materno, era neto de Caetano de Campos, o grande reformador do ensino paulista no início da República, patrono do mais importante estabelecimento de ensino normal do Estado, a tradicional Escola Normal da Praça da República. Nascido aos 25 de maio de 1905, faleceu duas semanas antes (11 de maio) de completar seus 86 anos.

Teria assunto para um livro se me dispusesse a evocar todo o nosso relacionamento ao longo destes 55 anos. Não o podendo fazer, registro aqui esta palavrinha de saudade, não só minha e de minha família, mas - creio poder falar por eles - de todos os seus amigos de Campinas. 7-6-1991.

*

240. ADMIRÁVEIS ITALIANOS

Fixando-se em Poços de Caldas, em 1965, para a fundação de uma cristaleria (velha tradição de sua Murano natal), o sr. Mário Seguso teve logo sua atenção voltada para a marcante presença italiana na comunidade em que passou a viver. Verificou de imediato que muitos dos operários empregados em sua indústria eram descendentes de antigas famílias italianas radicadas em Poços de Caldas praticamente desde o início da cidade.

Assim, paralelamente às suas atividades de industrial e, naturalmente, sem prejuízo delas, pôs-se a pesquisar sobre os "admiráveis italianos" que viveram na bela estância no período de 1884 a 1915, "especialmente aqueles que vieram para ajudar o crescimento de Poços, contribuindo com seu trabalho, suor e dignidade", como pertinente e gentilmente escreveu na dedicatória com que me ofereceu seu livro. Livro que representa, realmente, uma exaustiva pesquisa e que toca muito de perto a quem, como o autor destas linhas, viveu algum tempo de sua adolescência na bela cidade, pois embora se refira a um período anterior ao meu nascimento, encontrei ainda os "ecos" de quase tudo quanto vem relatado nessas páginas evocativas de um passado tão significativo e sem as quais ficaria incompleta a história poçoscaldense. Nelas, está muito do cotidiano da cidade.

Foi pena que o autor não se estendesse mais sobre a curiosa figura de Teresina Carini, "mulher inteligente, atormentada pelas injustiças sociais que a levaram a participar, quando ainda em São Paulo, de todos os movimentos em defesa da classe operária". É verdade que dela se ocupou demoradamente Antônio Cândido na primeira parte de seu livro *Teresina etc* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980). O ilustre crítico e professor de Literatura, que viveu toda a sua infância e adolescência em Poços de Caldas, na realidade nunca se desligando da cidade, teve oportunidade de conhecer Teresina Carini, guardando dela numerosas cartas e depoimentos, como registra em seu livro.

Mário Seguso, não tendo conhecido a expressiva figura (falecida em 1951), confessa mesmo não lhe constar que ela tivesse grande participação política na cidade, nos muitos anos em que viveu em Poços, já que "as características turístico-termais e o pequeno número de habitantes a isentavam dos graves problemas que proliferavam nas grandes cidades industriais". É claro que esta lacuna (na realidade, nem chega a ser uma lacuna) não invalida, nem diminui o interesse e o mérito do livro. É inegável seu valor como retrato de uma fase da vida de Poços.

As pesquisas realizadas para um levantamento por assim dizer ocupacional dos italianos em Poços de Caldas nos fins do século passado e início do atual são de muito interesse para o conhecimento da estratificação social da cidade. O que se verifica, contudo, é que, sob este aspecto, a originalidade de Poços acentua-se bastante, pois ocorrências idênticas ou quase podem ser encontradas em outras cidades onde o elemento italiano marcou acentuadamente a paisagem urbana. Isto significa que nessas outras cidades poderiam ser feitos trabalhos similares ao de Mário Seguso sobre os "admiráveis italianos" de Poços. O dia em que nessas outras cidades, onde também viveram "admiráveis italianos", aparecerem pesquisadores dispostos a estudá-los, isto em muito virá contribuir para o "resgate da memória", de que tanto se fala hoje. 5-7-1991.

ÍNDICES DOS NÚMEROS 141 A 144 (Ano XXIII, 1991)

- 141 - janeiro/março - págs. 1 a 84
142 - abril/junho - págs. 85 a 196
143 - julho/setembro - págs. 197 a 304
144 - outubro/dezembro - págs. 305 a 408

ÍNDICE DE AUTORES

- ANDRADE, Manuel Correia de - A "Restauração Pernambucana" e a formação da consciência regional nordestina - 246
ATHANAZIO, Enéas - Ascurra de ontem e de hoje - 46
ATHANAZIO, Enéas - O milagre do Cariri e o enigma do Padre Cícero - 352
BATTISTONI FILHO, Duílio - Arte e técnica na sociedade contemporânea - 150
BATTISTONI FILHO, Duílio - Manuel de Araújo Porto Alegre - 222
BATTISTONI FILHO, Duílio - Notas sobre a expansão urbana de Campinas no Segundo Reinado - 30
CARVALHO, Roberto Machado - Conselheiro Paula Souza, um liberal do Império - 325
CHAUDON, Gilberto E. - Curt Nimuendaju, vulto da Etnologia brasileira - 216
CIRO, rei dos persas - Discurso aos soldados de partida para a guerra - 86
COSTA, João Severiano Maciel da - Preconceito contra o trabalho agrícola - 376
FARACO, Sérgio - Tiradentes em Minas Novas - 37
FROUDE, James Anthony - Academia Francesa - 175
GRACIÁN, Baltazar - Prendas de um herói - 377
GUSTAVO FILHO, Nelson Noronha - Fundação de Panorama - 256

- JORGE, Luiz Alberto - A missão civilizadora de São Paulo no pluralismo cultural brasileiro - 115
- LEONZO, Nanci - Pioneiro da História Social no Brasil - 139
- LISBOA, Baltazar da Silva - Nova lei do açúcar - 384
- MATOS, Anibal - Diamantina - 180
- MATOS, Odilon Nogueira de - A "Escola Mineira" nas ruas de Campinas - 80
- MATOS, Odilon Nogueira de - À memória de um republicano - 78
- MATOS, Odilon Nogueira de - A Retirada da Laguna - 391
- MATOS, Odilon Nogueira de - Afonso Arinos e a "realidade brasileira" - 186
- MATOS, Odilon Nogueira de - Aventura e memória de uma família espanhola - 190
- MATOS, Odilon Nogueira de - Biógrafo de Talleyrand - 298
- MATOS, Odilon Nogueira de - "Brasil, Terra & Alma" - 301
- MATOS, Odilon Nogueira de - Cafés do Rio de Janeiro - 392
- MATOS, Odilon Nogueira de - Cento e cinquenta anos de um compositor - 61
- MATOS, Odilon Nogueira de - E a "Brasileira" continua... - 85
- MATOS, Odilon Nogueira de - Fim desastroso de uma expedição - 389
- MATOS, Odilon Nogueira de - Fontes para a história da Abolição - 3
- MATOS, Odilon Nogueira de - França Júnior no seu centenário - 300
- MATOS, Odilon Nogueira de - Itaocara - 304
- MATOS, Odilon Nogueira de - Lembrança de Mário Erbolato - 82
- MATOS, Odilon Nogueira de - Linda de Chamounix - 76
- MATOS, Odilon Nogueira de - Magnífico exemplo que nos vem do Amazonas - 75
- MATOS, Odilon Nogueira de - Mística e História - 189
- MATOS, Odilon Nogueira de - Monteiro Lobato e o "prisioneiro de Ubatuba" - 307
- MATOS, Odilon Nogueira de - Nobreza imperial de Campinas - 284
- MATOS, Odilon Nogueira de - O criador da bandeira paulista - 296
- MATOS, Odilon Nogueira de - O criador do exército brasileiro - 395
- MATOS, Odilon Nogueira de - O talentoso e curioso von Planitz - 187
- MATOS, Odilon Nogueira de - "Os santos que abalaram o mundo" - 393
- MATOS, Odilon Nogueira de - Oito meses no Brasil - 303
- MATOS, Odilon Nogueira de - Sábios de Constantinopla - 191

- MATOS, Odilon Nogueira de - Sacerdotes italianos em colônias de Santa Catarina - 81
- MATOS, Odilon Nogueira de - Série "Abolição" - 197
- MATOS, Odilon Nogueira de - Tirando do esquêcimento um grande paulista - 77
- MATOS, Odilon Nogueira de - Um grande Andrada - 396
- MATOS, Odilon Nogueira de - Viagem às terras goianas - 185
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vultos da Historiografia Brasileira: Anibal Matos - 177
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vultos da Historiografia Brasileira: Baltazar da Silva Lisboa - 380
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vultos da Historiografia Brasileira: Carlos da Costa Pereira - 68
- MATOS, Odilon Nogueira de - Vultos da Historiografia Brasileira: Padre Simão de Vasconcelos - 289
- MEDRANO, Lilia I. Z. - Irradiación del comércio platino através de las fronteras de Rio Grande do Sul - 341
- MOTA FILHO, Cândido - Virtudes da democracia - 173
- OLIVEIRA, Almir de - Propaganda eleitoral ano 62 - 213
- OLIVEIRA, J. da Veiga - "Pacific 231" - 162
- OMEGNA, Nelson - Dois arrebatamentos - 63
- OTÁVIO, Rodrigo - José de Campos Novaes - 374
- PAGANO, Sebastião - Cánovas del Castillo - 129
- PEIXOTO, Silveira - No ano 50 da morte de Alcântara Machado - 143
- PEREIRA, Carlos da Costa - São Francisco do Sul - 72
- PERES SOBRINHO, Manoel - Calvino, esse desconhecido - 26
- PINHEIRO, Paulo Silva - João Bierrenbach - 166
- REIS, Paulo Pereira dos - Luiz Gama, o moralista, o advogado e abolicionista - 224
- RIBAS JÚNIOR, Salomão - Nota sobre "O Barriga Verde", de Enéas Athanazio - 369
- RIBEIRO, Hélcio Pupo - O primeiro anseio de erudição da música popular brasileira - 361
- RIBEIRO JÚNIOR, João - A História no conceito de Augusto Comte - 104
- RIBEIRO JÚNIOR, João - Os cultos de Isis e de Mitra na antiga Roma - 317
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel - Considerações sobre "Da Independência à República" - 356

- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel - Existe o "perigo alemão"? - 243
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel - João Pessoa e seus coretos - 35
- RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel - Vida política rio-grandense no século XIX - 102
- RODRIGUES, Geraldo Pinto - Assis Brasil, um presidencialista de idéias parlamentaristas - 13
- RODRIGUES, Geraldo Pinto - O pensamento de Alberto Seabra - 335
- TAVARES, Luiz Henrique Dias - Novas informações a respeito de Cipriano Barata - 134
- TIBIRIÇÁ, Everardo - Alceu Wamosy - 43
- TOURINHO, Plínio - Declaração de voto na primeira eleição presidencial após a Revolução de 1930 - 286
- VARGAS, Milton - Lycurgo Santos Filho, "História Geral da Medicina Brasileira" - 312
- VASCONCELOS, Pe. Simão de - Diogo Álvares, o Caramuru - 292
- WEHRS, Carlos - Neukomm, Maersch e De Simoni, precursores do nacionalismo musical brasileiro - 264

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

- ARRECIFES, ano 3, nº 2 - 58
- ATHANAZIO, Enéas - O perto e o longe - 279
- BARRETTO, Margarita - El mate, su historia y cultura - 279
- BASTOS, Wilson de Lima - Mariano Procópio Ferrira Lage - 368
- BASTOS, Wilson de Lima - Meus patronos -
- BOLETIM do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, v. 47 -
- CADERNOS CERU, nº 3, série 2 -
- CALDEIRA, José de Ribamar C. - A ANL no Maranhão - 52
- CALDEIRA, José de Ribamar C. - O Maranhão na literatura de viajantes do século XIX -
- CORRÊA, Carlos Humberto - Militares e civis num governo sem rumo - 369
- CUNHA, Fernando W. da - A Constituição de 1988 e a evolução constitucional do Brasil - 53
- ESTUDOS Avançados, v. 4, nº 8 - 58
- ESTUDOS Ibero-Americanos, XVI, 1 e 2 - 371
- GIFFONI, Maria Amélia C. - Reinado do Rosário de Itapeçerica - 280

- GRACIOTTI, Mário - O outro caminho da libertação - 53
- HAYES, Robert A. - Nação Armada - 153
- HISTÓRIA: Questões e Debates, nºs 18/19 - 159
- IPANEMA, Cybele - A Ilha do Governador - 280
- ISAU, Manoel - O Liceu Coração de Jesus - 54
- JAMUNDÁ, Theobaldo - O Barriga Verde - 369
- KEITH, Henry H. - Os soldados salvadores - 55
- LENCIONI, Benedito - O negro na história de Jacareí - 281
- LOPES, M. M./FIGUEIROA, Silvia - O conhecimento geológico da América Latina - 153
- LUCENA, Humberto - Memória de uma farmácia - 281
- MAIA, Thereza Regina C. - O passado ao vivo - 55
- MALATIAN, Teresa M. - Os cruzados do Império - 155
- MOTTIN, Antônio - De Marostica a Garibaldi - 282
- MOURA, Carlos F. de - Diversas contribuições à história de Mato Grosso - 156
- MULLER, Fritz - Fatos e argumentos a favor de Darwin - 156
- PEIXOTO, Silviera - A tormenta que Prudente de Moraes venceu - 56
- REVISTA do Arquivo Público Pernambucano, v. 39, nº 42 - 283
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nº 358 a 361 - 372
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, v. 9 - 159
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, v. 85 - 100
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, v. 30 -
- RICCI, Maria Lúcia S. Rangel - A Guarda Negra - 370
- SILVA, Alberto Martins da - João Severiano - 57
- THEODOR, Erwin - Perfis e Sombras - 370

TEXTOS E SELEÇÕES

- CIRO - Discurso aos soldados de partida para a guerra - 66
- COSTA, João Severiano Maciel da - Preconceito contra o trabalho agrícola - 376
- ESCRITORES (OS) e a redemocratização do Brasil - 65
- FROUDE, J. A. - Academia Francesa - 175
- GRACIÁN, Baltazar - Prendas de um herói - 377

- INDEPENDÊNCIA da Grécia - 288
 LISBOA, Baltazar da Silva - Nova lei do açúcar - 384
 MATOS, Anibal - Diamantina - 180
 MOTA FILHO, Cândido - Virtudes da Democracia - 173
 PEREIRA, Carlos da Costa - São Francisco do Sul - 72
 TOURINHO, Plínio - Declaração de voto - 286
 VASCONCELOS, Pe. Dimão de - Diogo Álvares, o Caramuru - 292

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

- Anibal Matos - 177
 Baltazar da Silva Lisboa - 380
 Carlos da Costa Pereira - 68
 Simão de Vasconcelos (Padre) - 293

MEMÓRIA CAMPINEIRA

- Dois arrebatamentos - 63
 João Bierrenbach - 166
 José de Campos Novaes visto por Rodrigo Otávio - 374
 Nobreza imperial de Campinas - 284

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

- A "Escola Mineira" nas ruas de Campinas - 80
 À memória de um republicano - 78
 A Retirada da Laguna - 391
 Admiráveis italianos - 398
 Afonso Arinos e a "realidade brasileira" - 186
 Aventura e memória de uma família espanhola - 190
 Biógrafo de Talleyrand - 297
 "Brasil Terra & Alma" - 300
 Cafés do Rio de Janeiro - 392
 Fim desastroso de uma expedição - 389
 França Júnior no seu centenário - 299

- Itaocara - 303
 Lembrança de Mário Erbolato - 82
 Linda de Chamouniz - 76
 Magnífico exemplo que nos vem do Amazonas - 75
 Mística e História - 189
 O criador da bandeira paulista - 296
 O criador do exército brasileiro - 395
 Oito meses no Brasil - 302
 "Os santos que abalaram o mundo" - 393
 Sábios de Constantinopla - 191
 Sacerdote italiano em Santa Catarina - 81
 Tirando do esquecimento um grande paulista - 77
 Um grande Andrada - 396
 Viagem às terras goianas - 185

ÍNDICE DE ASSUNTOS

- Abolição - 3
 Academia Francesa - 174
 Açúcar - 384
 Adolfo Gordo - 77
 Afonso Arinos - 186
 Alberto Seabra - 335
 Alcântara Machado - 139, 143
 Alceu Wamosy - 43
 Anibal Matos - 177
 Aristides Lobo - 78
 Artes - 222
 Ascurra - 46
 Assis Brasil - 13
 Associação Nac. Libertadora - 51
 Augusto Comte - 104
 Baltazar da Silva Lisboa - 380
 Bandeira paulista - 296
 "Brasiliana" - 85
 Cafés do Rio de Janeiro - 392
 Calvino - 26
 Ilha do Governador - 280
 Itaocara - 303
 Japão - 157
 João Bierrenbach - 166
 João Henrique Boehm - 395
 João Pessoa - 35
 João Severiano - 57
 John Stainer - 61
 José de Campos Novaes - 374
 Júlio Ribeiro - 296
 Lazer - 35
 Liceu Coração de Jesus - 54
 Linda de Chamouniz - 76
 Literatura Alemã - 370
 Luiz Gama - 224
 Maersch - 264
 Manuel de Araújo P. Alegre - 222
 Maranhão - 52, 152
 Mariano Procópio - 368
 Mario Erbolato - 82

- Campinas - 30, 63, 80, 284
Cánovas del Castillo - 129
Caramuru - 292
Carlos da Costa Pereira - 68
Ceará - 352
Cipriano Barata - 134
Ciro, rei dos persas - 66
Comércio platino - 341
Constituições, 53,
Curt - Nimuendaju - 216
De Simoni - 264
Diamantina - 180
Duff Cooper - 297
Eleição presidencial - 286
Ernesto Nazareth - 361
Escola Mineira - 80
Escravidão - 281
Espanhóis em São Paulo - 190
Estrangeiros no Brasil - 190, 398
Etnologia - 216
Folclore - 280
França Júnior - 299
Garibaldi - 282
Geociências - 153
Goiás - 185
Granbery - 189
Guarda Negra - 370
Hans Staden - 307
Henri Tronchon - 302
História da Medicina - 312
História Política - 356,
História Romana - 213
Honegger - 161 .
Mate - 279
Mato Grosso - 156
Maw - 75
Militarismo - 153
Monteiro Lobato - 307
Música - 264
Neukomm - 264
Nobreza Campineira - 284
Padre Cícero - 352
Panorama - 256
Paraíba - 284,
Patrianovismo - 155
Paula Souza - 325
Pernambuco - 246
Poços de Caldas - 398
Política - 53, 153, 172
Positivismo - 104
Propaganda eleitoral - 213
Protestantismo - 26
Prudente de Moraes - 56
Raul de Andrada e Silva - 396
Retirada da Laguna - 389, 391
Rio Grande do Sul - 102
Sábios de Constantinopla - 191
Santa Catarina - 68, 72, 369
São Francisco do Sul - 72
São Paulo - 115
Simão de Vasconcelos - 292
Talleyrand - 297
Tiradentes - 37
Vale do Paraíba -
Visconde de Taunay - 391

